

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM HISTÓRIA

Darlene Limongi Borges

ENTRE MUROS DE SONHOS E SOMBRAS: *um estudo sobre condomínios*
horizontais em Goiânia (1978 - 2005)

GOIÂNIA
MARÇO - 2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM HISTÓRIA

Darlene Limongi Borges

ENTRE MUROS DE SONHOS E SOMBRAS: *um estudo sobre condomínios*
horizontais em Goiânia (1978 - 2005)

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo José Reinato, como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Linha de pesquisa:

Identities, Tradições e Territorialidades

GOIÂNIA
MARÇO – 2012



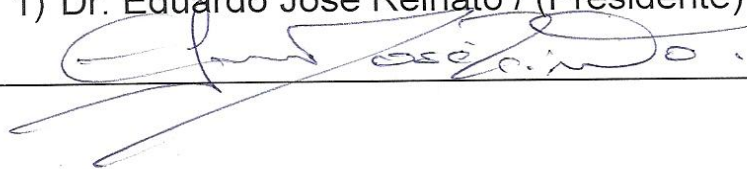
**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 ● Setor Universitário
Caixa Postal 86 ● CEP 74605-010
Goiânia ● Goiás ● Brasil
Fone: (62) 3946.1070 ● Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br ● prope@pucgoias.edu.br

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
21 (VINTE E UM) DE MARÇO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE) E
Aprovada PELA BANCA EXAMINADORA.


1) Dr. Eduardo José Reinato / (Presidente) PUC Goiás



2) Dra. Maria Cristina N. Ferreira Neto / (Membro) PUC Goiás



3) Dra. Heliane Prudente Nunes / (Membro) Fac. ALFA



Dedico aos meus amores: Marcelo, Rafaela e Lucas, esposo e filhos, que compreenderam e apoiaram o meu distanciar em função desta nova conquista que aqui está.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo minha existência, portanto a proteção e bênçãos de Deus.

Aos meus pais pelo apoio sempre presente.

Aos meus segundos pais, sogro e sogra, que reconhecem minhas conquistas.

Ao meu esposo e filhos que iluminam minha vida.

Ao Mestrado de História pela acolhida e acréscimo a minha formação.

À Profª Drª Heliane Prudente Nunes que iniciou minha orientação e que muito acrescentou ao meu estudo. Agradeço, ainda, pelo carinho com o qual se dispôs a compor a banca.

Ao Prof. Dr. Eduardo José Reinato que aceitou dar continuidade a este estudo como orientador e demonstrou confiança no andamento da pesquisa.

À Profª Drª Maria Cristina Nunes Ferreira Neto que gentilmente aceitou o convite para a composição da banca.

Aos que acreditaram em minha trajetória.

A todos, muito obrigada!

Neste mundo...

Neste mundo em que esquecemos
Somos sombras de quem somos,
E os gestos reais que temos
No outro em que, almas, vivemos,
São aqui esgares e assomos.

Tudo é noturno e confuso
No que entre nós aqui há.
Projeções, fumo difuso
Do lume que brilha ocluso
Ao olhar que a vida dá.

Mas um ou outro, um momento,
Olhando bem, pode ver
Na sombra e seu movimento
Qual no outro mundo é o intento
Do gesto que o faz viver.

E então encontra o sentido
Do que aqui está a esgarar,
E volve ao seu corpo ido,
Imaginado e entendido,
A intuição de um olhar.

Sombra do corpo saudosa,
Mentira que sente o laço
Que a liga à maravilhosa
Verdade que a lança, ansiosa,
No chão do tempo e do espaço.

Fernando Pessoa

BORGES, Darlene Limongi. *Entre muros de sonhos e sombras: um estudo sobre condomínios horizontais em Goiânia (1978 – 2005)*. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2012.

RESUMO

Este estudo traz como proposta inicial o exercício de dialogar com diferentes estudiosos a tessitura da urbe. Tendo como base uma pesquisa bibliográfica, no alinhavar das leituras propostas, o trabalho considera a visão dos seguintes autores: Henri Lefebvre, pontuando que a construção da sociedade urbana ocorre enquanto há sua procura; Le Goff, com abordagem sobre as cidades medievais; Sandra Pesavento, na percepção de que a cidade é uma realidade objetiva, detentora de história e memória; Milton Santos, com o olhar sobre o espaço urbano e Lewis Mumford, tracejando a história das cidades; dentre outras referências que fazem parte da reflexão. Conhecer a cidade torna-se indispensável para a compreensão das sobreposições de formas e funções que o espaço urbano adquire, assim como o papel do urbano nesse processo. Para discutir o mote principal do estudo – condomínios horizontais fechados – foi feito inicialmente um recorte temporal, envolvendo as cidades medievais e industriais, oportunidade para identificar o papel das muralhas nos enclaves medievais, bem como a origem dos subúrbios. A leitura dada às cidades industriais objetivou a compreensão da dinâmica socioeconômica, que representou a proliferação dos subúrbios. As duas imagens – muralha e subúrbio – são referenciais para o olhar projetado sobre os condomínios horizontais. Entre a leitura dada à urbe e aos condomínios horizontais, o estudo propõe um breve histórico da cidade de Goiânia, visto que identificar o processo de formação e crescimento de uma cidade favorece a concepção de novas formas e funções que a urbe adquire, assim como, amplia a percepção de que a presença dos condomínios horizontais está induzindo a uma nova leitura sobre a periferia urbana. No entanto, longe de esgotar a temática, este estudo é um convite ao questionamento sobre iniciativas que o urbano toma para contemplar seu imaginário, sua opção de moradia e convivência. Portanto, antes de tudo, os esforços estão em acrescentar um novo olhar ao discurso, representações, sonhos e sombras que orlam Goiânia em uma nova roupagem.

Palavras-chaves: cidade, urbano, muralha, periferia, condomínio horizontal fechado.

BORGES, Darlene Limongi. *Among the walls of dreams and shadows: an essay about horizontal residential condominiums in Goiânia (1978 – 2005)*. 94 pages. Master's Degree Thesis (Master's Degree in History) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2012.

ABSTRACT

The prime proposal of this essay is to exercise an exchange of different scholars' ideas about the structure of urban areas. A bibliographical research becomes the basic compilation of selected surveys: Henri Lefebvre who points out that the social construction occurs whenever there is a demand; Le Goff and his analysis about medieval cities; Sandra Pesavento in her perception that a city is an objective reality, holder of history and memory; Milton Santos and his view on the urban space; Lewis Mumford tracing the history of cities; among many other references that are compiled in this assessment. Thus, discerning a city becomes essential for understanding overlaps of the forms and functions which the urban spaces attain, as well as the role of the city in this process. In order to discuss the main subject of this essay – closed horizontal residential condominiums – an initial time report was conceived involving medieval and industrial cities. Also, the opportunity to identify the role of city walls surrounding medieval towns, as well as the origin of the modern outskirts. These two images – wall and suburb – are references for a deeper glimpse about horizontal residential condominiums. In relation to the point of view given to urban areas and the condominiums, there is a proposal of a brief history of the city of Goiânia. Thus, the recognition of a city growth process leads to the notion of new forms and functions the city attains. Therefore, it is necessary to notice that the appearance of these horizontal condominiums is causing a new perspective about the outskirts of the modern cities. Without any intention of overtiring this theme, this paper becomes an invitation for questioning about initiatives that are taken in the cities, as well as envisaging new ideas, new aboding options and familiarity. So, first and foremost, the attempts are presented for the addition of a new prospection to the rhetorical, depictions, dreams, shadows and misgivings related to the city of Goiânia and its new guise.

Keywords: city, urban, wall, suburb (outskirts), closed horizontal residential condominium.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Centro de uma cidade medieval (Lübeck)	26
Figura 2	Plantas de 14 cidade da Europa Setentrional, com seus sucessivos cinturões de muros até o século XIV	28
Figura 3	Pontilhada de portas, a muralha isola o espaço urbano	30
Figura 4	Idade Média - castelo, lugar de poder econômico e político.....	31
Figura 5	Delimitação do sítio definido para construir Goiânia	41
Figura 6	Localização das cidades indicadas para situar a nova capital	42
Figura 7	Plano de Goiânia projetado por Atílio Corrêa Lima	49
Figura 8	Perspectiva da Praça Cívica	49
Figura 9	Foto da Avenida Goiás	49
Figura 10	Plano do Palácio de Versalhes	50
Figura 11	Plano urbanístico da Cidade de Karlsruhe (1739)	50
Figura 12	Plano urbanístico da Cidade Washington	50
Figura 13	“Pé de pato” sobre o plano urbanístico de Goiânia, elaborado por Atílio Corrêa Lima	51
Figura 14	Asterisco sobre o plano urbanístico de Goiânia, elaborado por Atílio Corrêa Lima	51
Figura 15	Plano do Setor Sul, elaborado por Armando de Godoy (1937)	53
Figura 16	Primeira foto aérea de Goiânia (década de 1930)	56
Figura 17	Foto aérea de Goiânia (1954)	56
Figura 18	Localização de alguns condomínios horizontais fechados (Goiânia)	64
Figura 19	Muros que cercam o condomínio AlphaVille	67
Figura 20	Normas para recuo frontal e lateral, AlphaVille Urbanismo	68
Figura 21	Localização dos condomínios horizontais fechados em Goiânia...	69
Figura 22	Cartaz publicitário anunciando a venda de lotes em Goiânia à época de sua construção.....	71

Figura 23	Chamada de divulgação – condomínio Jardins Madri	73
Figura 24	Folder de divulgação do condomínio Jardins Milão	73
Figura 25	Folder de divulgação do condomínio Residencial Granville	73
Figura 26	Logomarca e <i>slogan</i> do condomínio Aldeia do Vale	74
Figura 27	Chamada de divulgação do condomínio Jardins Paris	74
Figura 28	Folder de divulgação do condomínio Portal do Sol Green	75
Figura 29	Espaço de lazer do Portal do Sol Green	76
Figura 30	Imagem de divulgação do condomínio Portal do Sol Green	76
Figura 31	Folder de divulgação do condomínio Portal do Sol Green	76
Figura 32	Propaganda de divulgação dos condomínios Jardins Atenas e Paris	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

apud	- citado por
BNH	- Banco Nacional de Habitação
CHFs	- Condomínios Horizontais Fechados
COHAB	- Companhia Habitacional
et al./et alii	- e outros/as
FGR	- Empresa que leva em sua sigla as iniciais de seus sócios: Frederico Peixoto de Carvalho Craveiro, Guilherme Peixoto de Carvalho Craveiro e Rodolfo Dafico Bernardes de Oliveira
fig.	- Figura
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ibidem	- na mesma obra
p.	- página
PIB	- Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1.....	17
CIDADES: ENTRE MUROS, SIGNOS, SÍMBOLOS E MEMÓRIA.....	17
1.1 Olhares sobre a cidade.....	18
1.2 Muralha: monumento medieval.....	25
1.3 O tempo apressou: eclodem as cidades industriais.....	32
CAPÍTULO 2.....	39
SOBRE RAÍZES E SONHOS: AS CIDADES BRASILEIRAS.....	39
2.1 Malha urbana: fios que desvelam a cidade.....	39
2.2 Goiânia: de utopia à metrópole.....	43
CAPÍTULO 3.....	63
ILHAS MURADAS: ENTRE ESPAÇOS DE PROTEÇÃO E SEGREGAÇÃO....	63
3.1 Acesso restrito: entre o medieval e a modernidade.....	65
3.2 Vendem-se sonhos.....	71
3.3 Entre o medo e o sonho.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

O presente estudo almeja lançar olhares sobre a cidade, cujo objetivo está em percebê-la como uma escrita, resultante do encontro e confronto entre os imaginários sociais que registram formas e funções distintas, que projetam sua identidade.

Olhar a cidade é um exercício de voltar no tempo, mais que isso, é perceber vários tempos que se fazem presentes, visíveis e invisíveis nas paisagens. É percorrer pelo espaço construído – forma –, o espaço vivido – função – e pelo imaginário – campo do simbólico e das sensibilidades. Exercício este que possibilita perceber a cidade como portadora de memória histórica e identidade.

Nessa perspectiva, Santos destaca que de uma prática para outra, de um espaço de tempo a outro, de uma organização espacial a outra, a humanidade está registrando a sua história “que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço” (1986, p. 163).

Diante disto, o tema foi escolhido como proposta de agregar conhecimentos geográficos e históricos; exercício que conduz à compreensão de novas paisagens que sobrepõem, edificam e proporcionam vivacidade ao cotidiano urbano.

A metodologia usada foi a pesquisa explicativa possibilitando articular o estudo da categoria paisagem, como expressão entre o homem enquanto ser social e as manifestações da visibilidade de seus projetos. Assim, seu mote foi identificar na paisagem o registro das manifestações sociais que marcaram a história das cidades. Inicialmente, foi feito um levantamento e leitura bibliográfica de obras que abordam o tema, dentre as referências estão Henri Lefebvre, Milton Santos, Sandra Pesavento, Lewis Mumford, Manuel Castells; tendo como princípio o impacto que a paisagem causa na relação entre o lugar e o urbano. Também foi feita uma investigação sobre publicações referentes ao imaginário social e o *habitus*, em que se fez presente Pierre Bourdieu, Cornelis Castoriadis, Teresa Caldeira, dentre outros. O objetivo final foi abordar e analisar o espaço físico, social, cultural e econômico, no qual se inserem os condomínios horizontais fechados em Goiânia. Para

tanto, o estudo baseou-se em dissertações, análise de publicidades e visitação em tais espaços, possibilitando, desta maneira, traçar informações e percepções sobre o mesmo.

O caminho percorrido foi desafiador, mas instigante para compreender a leitura que se deve ter sobre a cidade; que exige significar diferentes paisagens – despertar do olhar geográfico – e representações – exercício histórico –, que propõe compreender categorias geográficas como forma, função, estrutura e processo; associando-as as categorias da história cultural como representações, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades.

Pois, o estudo sobre a cidade nos propõe uma leitura interdisciplinar, que vai além do geográfico e do histórico, mas presente na relação espaço e tempo e que permite a visibilidade da escrita das demais áreas, que atuam na análise estrutural e social do meio urbano.

As paisagens vão permeando os espaços. Monumentos são criados e representam sinais do passado que estão ligados à memória. Perceber as imagens – formas – é considerar que elas caracterizam momentos e situações que deixaram suas marcas na sociedade. Ao serem transformadas em imagens, carregam significados para aqueles que as construíram e/ou usufruíram, o que as tornam documentos históricos.

As áreas urbanas vão ganhando formas e vida que entrelaça passado e presente, resultantes de encontros, comparações entre diferenças, conhecimentos e reconhecimentos, também projetados no confronto ideológico e político, dos modos de viver, dos estilos que coexistem e coabitam na cidade. Lefebvre (2006, p. 88) ilustra tal análise ao destacar que “cada forma se apresenta em sua dupla existência, mental e social”.

Os elementos imaginários efetivos possibilitam a presença da história, como destaca Castoriadis (1982), ao referir que as significações aparecem em três níveis: no estado de pertencimento a um grupo social; na possibilidade da sociedade definir e elaborar o mundo natural em que vive; na imagem do mundo de si (mundo que te serve, de pertencimento). Por fim, compreender a passagem das paisagens naturais e culturais para o plano da história só é possível diante do fato de que os homens se comunicam por meios simbólicos. Lembranças são transformadas em registros no espaço (paisagem) e no imaginário social. Assim, é possível perceber o quanto é difícil, ou mesmo impossível, compreender a história humana distante da categoria do imaginário.

As cidades foram surgindo para atender as necessidades humanas, cujas funções historicamente nasceram para cumprir o papel de ponto de encontro cerimonial, para a defesa do território, para a obtenção do controle político e administrativo, para possibilitar

a troca de mercadorias; assim as cidades foram e continuam abrolhando, mas distante de serem isoladas do campo. Os meios urbano e rural sempre se mantiveram interligados e foram mudando, ao longo do tempo, para cumprirem os anseios da humanidade.

Este estudo visa encontrar ligações entre o imaginário e o monumento de formas urbanas, presentes no percorrer da história. A intenção é perceber os intentos que o urbano foi almejando como *habitus*, moldado pela identidade social em constante formação.

Historicamente, sempre houve pessoas e situações que contribuíram para um novo pensar sobre a sociedade, conseqüentemente, sobre a possibilidade de um novo habitar, que por vezes inesperadamente surge, por outras cuidadosamente é planejado. As propostas aparecem e junto a elas, a identidade do lugar, é a sociabilidade em construção.

Nesse sentido é interessante permitir que a curiosidade e, conseqüentemente, a necessária pesquisa, infiltre no pensar que se faz presente, independente da época, sobre os espaços de sociabilidades. Pesavento (2008, p. 9) instiga ao exercício intelectual do conhecer a cidade ao propor que a leitura deve ser feita pelo viés da hermenêutica, “que implica a decifração ou revelação de discurso escondido e dos significados que ele comporta”; assim, induz a permanente busca do desvelar o que aparentemente não é legível.

A dissertação foi organizada em três capítulos assim delineados:

O primeiro capítulo cujo título é **Cidades: entre muros, signos, símbolos e memórias**, trata, inicialmente, de uma abordagem conceitual e multidisciplinar sobre o que é cidade. Momento em que sociólogos, historiadores, geógrafos, filósofos, arquitetos, entre outros estudiosos, lançam seus olhares sobre o espaço urbano. Em seguida, o capítulo destaca as cidades medievais que apresentam as muralhas como monumentos de segurança, tendo seu fechamento com a abordagem sobre as cidades industriais, momento em que a expansão urbana supera qualquer outro período até então registrado e deixa sua marca com a proliferação dos bairros periféricos – os subúrbios.

O segundo capítulo traz a reflexão para o espaço brasileiro, com o título **Sobre raízes e sonhos: as cidades brasileiras**. Inicialmente a abordagem caracteriza as pequenas, médias e grandes cidades, focando a compreensão da estrutura urbana que as caracterizam, fazendo, ainda, um estudo sobre Goiânia, fruto do imaginário político e econômico, que chega para contemplar aspirações regionais e nacionais que marcam o movimento da “Marcha para o Oeste”. Seu desfecho se dá com uma apresentação sobre a expansão dos bairros goianienses, que foram desvelando novas possibilidades de moradia,

entre bairros nobres e periferia, assim como a novidade dos condomínios verticais, no fim da década de 1970 e início de 1980. O estudo dos bairros possibilita apresentar a proposta do próximo capítulo.

Ilhas muradas: entre espaços de proteção e segregação é o título do terceiro capítulo, que tem a intenção de avivar a dissertação ao fazer um estudo sobre o surgimento de uma nova periferia para a cidade de Goiânia, que em sua tessitura de expansão fez surgir caminhos para uma nova leitura de seu entorno. O capítulo inicialmente remete um olhar para as cidades medievais – abordadas no princípio da dissertação – ao associar as monumentais muralhas como uma das propostas de moradia, oferecidas pelos novos condomínios. Tais fortificações simbolizaram e pretendem simbolizar segurança aos que internamente as habitam. No decorrer do capítulo surgem possibilidades para uma maior reflexão sobre o perfil dado à periferia de Goiânia, com a presença de diferentes condomínios horizontais, que sugerem atender o sonho de morar, embora seja possível perceber, sombras projetadas atrás das muralhas.

CAPÍTULO 1

CIDADES: ENTRE MUROS, SIGNOS, SÍMBOLOS E MEMÓRIA

[...] Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras funções (LEFEBVRE, 2006, p. 55).

Este capítulo se inicia fazendo uma abordagem conceitual de termos ligados diretamente à ciência geográfica – paisagem, região, espaço, lugar e território – a finalidade está em dialogar com as demais ciências a concepção de cidade.

O olhar sobre a cidade é multidisciplinar, cuja pretensão está em reconhecer sua escrita, ou seja, particularidades registradas no decorrer da história urbana. Abrir as páginas que registram a construção da cidade não é algo fácil, é necessário perceber os signos e símbolos presentes nas representações sociais.

A cidade representa o imaginário social, desvelado por motivações que a vida em coletividade constrói. Para compreender o que foi construído – representação cultural – é possível usar “algo mais” (Durand, 2002) – o imaginário –, a representação da modernidade fundida no romantismo, que projeta o lado emocional cunhando a identidade da cidade, que é percebida nos signos – na relação de causa e efeito – e símbolos – na inter-relação dos elementos – atribuídos pelo urbano. É permitir que a poesia esteja presente no cotidiano, é abrir os olhos e visualizar que o que foi sonhado dá singularidade à cidade.

Assim, o capítulo visa identificar motivações e simbologias geradoras das cidades que são revisitadas na memória e nos monumentos que as mantêm vivas. Os referenciais identificados no capítulo são as cidades medievais e industriais, representações significativas que contribuem para a compreensão de estruturas físicas e simbólicas, presentes nas particularidades das cidades modernas, tais como fortificações e subúrbios.

A leitura atribuída às cidades medievais está focada na paisagem simbolizada pelas muralhas, que caracterizam o espaço geográfico dos que as significaram – na estrutura

física – a segurança que procuravam. As cidades industriais foram abordadas no viés da eclosão urbana que intensificou a relação centro-periferia, simbolizando disparidades que marcaram o espaço urbano. Voltar o olhar para tais modelos foi uma proposta para identificar signos e símbolos, presentes na estrutura urbana brasileira e particularmente à cidade de Goiânia, abordagem presente no segundo capítulo.

Pois, pensar a cidade como representação do afloramento das manifestações sociais e culturais, que estão em frequente diálogo com os registros vivos da memória, é um recurso possível ao se fazer uma leitura mais atenta das novas formas de interação, de tais manifestações presentes no cotidiano urbano.

1.1 Olhares sobre a cidade

Pensar o que é cidade exige direcionar o nosso olhar à sociedade; já que ela se constrói da relação entre espaço e ação humana, do processo de transformação do espaço natural pelo trabalho humano. A cidade é resultante do espaço geográfico, ou seja, está inserida em um espaço que sofreu e que sistematicamente sofre a intervenção humana. Santos (1986, p. 119) destaca que o espaço geográfico resulta quando “a natureza natural onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano”.

Comumente usamos alguns conceitos – próprios da geografia –, para atribuir características à abordagem da ação humana, na modelagem da superfície terrestre. Conceitos que apresentam uma forte ligação uns com os outros, como: paisagem, região, espaço, lugar e território. Logo, é necessário fazer uma breve leitura de tais conceitos com o intento de abrir caminhos para a compreensão do tema em questão.

- **Paisagem** é a percepção da forma como o objeto se apresenta, sua aparência, que se revela recheada de conteúdo, que caracteriza a dinâmica espacial, social, econômica, cultural e natural, expressada por diferentes tempos. Cavalcanti (2001, p. 14) considera que “a paisagem é uma importante categoria, à medida que, pela observação atenta e criteriosa, ela fornece pistas para a compreensão [...] [do] espaço” [geográfico].

- O conceito de **região** é múltiplo e ao mesmo tempo complexo. Aborda a relação entre o homem e a natureza; parte da interação desses dois componentes. A região comunga interesses territoriais e políticos dos que ocupam uma determinada área. Conforme o registro de Gomes (2007, p. 73), é essencial no conceito de região, “o fundamento político, de controle e gestão de um território”.
- Conceituar **espaço** é algo árduo de se fazer. Mas, indo ao encontro ao estudo em questão, pode ser sintetizado como resultado das relações desempenhadas pelas funções¹ (tarefa a ser realizada pelo objeto criado; como o habitar ser uma das funções da cidade) e pelas formas (o aspecto visível, o exterior de um objeto; como a cidade ser o arranjo de um conjunto de objetos) que registram sinais contínuos – processo¹ – interligando passado e presente. Conforme o fragmento de Santos (1986, p. 122):

[...] Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

- **Lugar** pode ser definido (Santos, 1986, p. 121) como a “porção discreta do espaço total”. É um pedaço da superfície terrestre identificado com um nome; como o lugar da praça, o lugar da casa, o lugar das compras, o lugar da cidade... Lugar antecede a compreensão de espaço, portanto, o que acontece em um lugar está ligado ao contexto dos lugares que compõem o espaço.
- A definição sintética de **território**, segundo Souza (2007, p. 78) “é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”.

A abordagem de tais conceitos contribui para o cuidado que se deve ter quanto ao uso de determinados termos. Assim, compreender o que é cidade passa pela percepção dos intentos humanos, edificados na superfície de uma determinada área. É, de certa forma, a

¹Forma, função, estrutura e processo, estão associados e como afirma Santos (1985, p. 52): “Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica, a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade”.

revelação dos diferentes grupos sociais que transformam paisagens e lugares; determinam os interesses regionais e assim, deixam marcada no espaço a sua identidade e o poder ali delimitado. A cidade resulta do envolvimento dos conceitos anteriormente mencionados e, ao abrigar o social, permite que ele a produza, circule por seus lugares e que faça da cidade a busca de seus sonhos, conquistas e lutas e, deste modo, garante que a vida possa caminhar. Conforme Henry Lefebvre (2006, p. 98) “A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática”.

Desde sua origem a cidade representa a relação entre organização territorial e política. Consequentemente, ser morador da cidade é sair do isolamento e compartilhar com os demais, ruas, calçadas, praças e tantos outros lugares de livre acesso e sobre o controle da autoridade político-administrativa.

A concepção de cidade implica a relação trabalho e evolução técnica, dueto resultante das habilidades que o ser humano foi desenvolvendo, desde o período neolítico. Fragmento de nossa história, o neolítico representou a passagem das atividades nômades para as sedentárias, em função das práticas desenvolvidas, ou seja, técnicas adquiridas que possibilitaram a domesticação de animais e o cultivo da terra.

Ao longo do tempo, o ser humano foi ampliando seu domínio sobre as técnicas que proporcionaram a produção de excedentes agrícolas, motivando a divisão e, conseqüentemente, distribuição da produção. Dessa maneira, surgiram as primeiras comunidades, os aglomerados humanos, que foram dando forma aos seus sonhos, às suas conquistas, ou seja, à cidade.

Assim, a cidade passa a ser o lugar de expressão da organização social para atender as necessidades políticas, administrativas e religiosas, que se fazem presentes para garantir o controle dos territórios que foram se expandindo, pelo fruto do trabalho ali realizado. Deste modo registrou Manuel Castells (1983, p. 42):

As cidades são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Quer dizer, estas cidades só podem existir na base do *excedente* produzido pelo trabalho da terra. Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se portanto também de um novo sistema social, mas *que não está separado do tipo rural*, nem é posterior a ele, pois os dois estão intimamente ligados no âmago do mesmo *processo de produção* das formas sociais, mesmo que, do ponto de vista destas próprias formas, estejamos em presença de duas situações diferentes.

A cidade se define como um conjunto de formas, que dão visibilidade às relações sociais construídas ao longo do tempo; é o espaço de convivência que dialoga passado e presente, elaborados pelas estruturas socioeconômicas que desempenham suas funções, percorrendo um processo direcionado pelos interesses inerentes ao modo de produção, impostos pelas relações sociais que ligam o rural ao urbano e o urbano ao rural.

Em síntese, podemos dizer que, como partimos do pressuposto de que a cidade é uma construção humana (social e histórica) e não um bem ofertado ao homem, o solo urbano tem uma natureza diversa da terra rural onde aparece como meio de produção. O solo urbano tem valor enquanto produto do trabalho humano; ao contrário da terra rural que gerará uma renda. Esse valor do solo urbano é produto da articulação da localização do “terreno urbano” na totalidade da cidade. (CARLOS, 1984, p. 55).

Por ser espaço que abriga diferentes convivências, tanto sociais como do modo de produção, a cidade se faz do conjunto de cidades; das relações de diferentes lugares que vão entremeando o modo de ser urbano, no modo de dar visibilidade ao papel da cidade, que é feito de relações que tal espaço acolhe, absorve, exclui e assim, cria a sua identidade.

A cidade vai se materializando em suas formas concretas. A paisagem estática – o que é edificado – e a paisagem em movimento – pessoas e mercadorias em suas dinâmicas de vida – resultam da necessidade de integração entre os desejos sociais – diretamente ligados a apropriação e reprodução do capital – e a construção da identidade urbana.

As necessidades da sociedade estão relacionadas com a capacidade de produção da sociedade, pois a relação que se estabelece entre o homem e meio é mediada pelo processo de trabalho, através do qual a sociedade produz o espaço no momento em que produz sua própria existência. (CARLOS, 1994a, p. 31).

Sendo a cidade representação do espaço construído, que mantém seu movimento através das manifestações sociais, é percebida pelas suas desigualdades, pois se difere e projeta espaços díspares, em decorrência dos contrastes sociais. Carlos (1994b, p. 23) destaca que a cidade é um produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos.

Compreender o processo de construção do espaço como produto das relações sociais é também identificar aspirações que resultam na criação de necessidades de consumo que a vida, principalmente na cidade, nos induz a ter. Necessidades que vão diferenciando as paisagens que compõem a cidade, ao refletirem o padrão socioeconômico dos que a habitam. O espaço urbano aparece como mercadoria dotada de indivisibilidade,

pois representa as infraestruturas ali instaladas. Santos (1986, p. 151) refere-se às infraestruturas como não descontínuas, pela sua própria natureza:

[...] Da mesma forma que, dentro do espaço urbano total, não se pode avaliar isoladamente uma rua asfaltada, uma outra encascalhada e uma outra artéria inteiramente desprovida de obras públicas. Todas são, lá onde elas se encontram, uma manifestação local, mas íntegra, do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade [...].

O sonho, o tempo e o padrão econômico organizam as cidades de maneiras diferentes. Mas, que não deixa de ser o espaço privilegiado da vida social, ao abrigar grande parte da população com suas diferentes manifestações, que atingem tanto o visível como também o que está embutido nas paisagens que representam o espaço urbano, reveladas pelo imaginário social. A esse respeito Bazcko (1985, p. 311) destaca os sistemas simbólicos como aqueles nos quais estão depositados o imaginário social e, através deles, os agentes sociais manifestam suas experiências, seus desejos, aspirações e motivações.

É justamente no movimento dos sistemas simbólicos da cidade que surge a tonicidade, o jeito de ser urbano, expresso nas construções sociais, nas trocas realizadas na e entre as comunidades, possibilitando a manifestação do imaginário social; percebido nos referenciais que lhes são atribuídos pelo urbano, o que torna aquilo que é visível um registro que dá particularidade à cidade. Ele permite que os nossos sentidos possam absorver o que ela escreve, pois a cidade é uma escrita e fazer a leitura desse texto, que ela representa, implica reconhecer o seu contexto.

A paisagem urbana vai ganhando várias representações, a partir do confronto entre os ideais humanos e as concessões feitas pelos espaços naturais. A cidade é fruto desse dinamismo, logo, não pode ser vista como um fenômeno pronto, ou seja, acabado, pois ela ganha formas que são construídas pelas relações entre os grupos sociais, dentro de um processo histórico, portanto, contínuo e que comungam com diferentes estruturas.

[...] o elemento “organização social” é um verdadeiro depósito de tudo, que permite não tratar as articulações precisas à estrutura social, fundamentando-se numa relação global entre o social e a natureza (e a técnica) (CASTELLS, 1983, p. 187).

Para Pesavento (1997, p. 26) a cidade é como uma realidade objetiva, em que as paisagens culturais, como edificações, ruas, praças, monumentos, representam o real, em que os homens erguem um sistema de ideias e imagens (reprodução da coletividade), uma

abordagem presente ou reestruturada da ordem social, que transcende a realidade insatisfatória. Pesavento (2004, p. 78) destaca que as representações urbanas são resultado das manifestações do imaginário urbano, suas “percepções, identificações e atribuição de significados ao mundo”.

Mais do que isso, a identidade se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar. [...] A construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos se ajusta e se enlaça com o meio natural (PESSAVENTO, 2008, p. 4).

Ao longo da história das edificações urbanas, evidenciam-se, além das formas apresentadas pelas paisagens, os conflitos, os movimentos internos entre os divergentes interesses dos cidadãos. O espaço conflitivo expressado pela cidade é o resultado de sua organização e seu modo de produção, externalizado no jeito de ser urbano. Carlos destaca:

[...] a ideia de urbano transcende a de mera concentração do processo produtivo strictu sensu. O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida (CAVALCANTE, 2001, p. 37; apud CARLOS, 1994b, p.84).

Pensar o modo de vida nos remete à concepção de *habitus* que, segundo os termos de Bourdieu (2001) representa um sistema flexível, adaptável aos estímulos e a expressão de uma identidade social em construção. Os arranjos das estruturas sociais e mentais do *habitus* resultam das manifestações de uma memória em ação, por meio das experiências culturais junto às particularidades vividas e, assim, o acomodar de novas tendências de socialização.

A cidade é o centro da representação das manifestações das sociabilidades. Ela possibilita expandir suas funções ao estreitar as relações com o campo – que está cada vez mais inserido ao *habitus* urbano. Assim, registrou Santos (2007, p. 95): “Por isso, a cidade se torna o lugar onde melhor se esclarecem as relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos ‘fragmentos’ do território com o país e com o ‘mundo’.”

Lewis Mumford destaca que a cidade projeta a relação entre o orgânico e o pessoal, resultante do entrelaçamento dos diferentes papéis desempenhados pela sociedade, que no decorrer da história humana já passou por muitas transformações e que sem dúvidas ainda irão ocorrer. Em sua percepção, as inovações a serem anunciadas devem incidir não simplesmente na estrutura física da cidade, e menos ainda em sua estrutura técnica; a urgência se faz em possibilitar que a cidade seja ‘um órgão de amor’ em que a essência econômica esteja a serviço da cultura dos homens. Assim, o sociólogo encerra seu mais importante livro sobre a cidade:

[...] Esse engrandecimento de todas as dimensões da vida, mediante a comunhão emocional, a comunicação racional e o domínio tecnológico, e, acima de tudo, a representação dramática, tem sido na história a suprema função da cidade. E permanece como a principal razão para que a cidade continue existindo (1998, p. 621).

Henry Lefebvre (2006, p. VII) realça que “a sociedade urbana se forma enquanto se procura”. Essa afirmação induz a percepção da cidade e das relações sociais, como um processo de produção e reprodução do ser humano e não, simplesmente, o resultado dos objetos que estes criam. A leitura que a cidade nos propõe a fazer, como destaca Lefebvre, é possível por meio da distinção de algumas dimensões que nos remetem a compreensão de que não é possível discernir seu conteúdo de suas formas. Conforme aborda o fragmento:

[...] Existe a *fala* da cidade: aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz. Existe a *língua* da cidade: as particularidades próprias a uma tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes. Existe a *linguagem urbana*, que se pode considerar como linguagem de conotações, sistema secundário e derivado no interior do sistema denotativo (empregando aqui a terminologia de Hjelmslev e de Greimas). Finalmente, existe a *escrita da cidade*: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma, o *emprego do tempo* na cidade pelos habitantes dessa cidade (LEFEBVRE, 2006, p. 64).

Na fala, na linguagem, na escrita e no emprego do tempo, a cidade foi criando o seu contexto, resultante do fruto de um emaranhado de formas. Essa evolução trouxe a tona os diferenciais, não só na identidade da cidade, mas na sua estrutura. Nesse sentido, no olhar da arquitetura e urbanismo, a cidade moderna deixou lado a lado uma cidade irregular com uma regular. Como destaca Leonardo Benévolo:

A arquitetura moderna nasceu como programa para superar as discriminações sociais da cidade pós-liberal, e para dar a todos os cidadãos os benefícios de um ambiente cientificamente estudado. [...]

Mas, entretanto, a cidade regularizada – pós-liberal ou moderna – não mais está disponível para todos, e a maioria da população mundial se aglomera ao contrário na cidade irregular, que reproduz – em escala maior – os estabelecimentos “liberais” do primeiro período industrial.

Então, a arquitetura moderna se encontra numa encruzilhada: pode aceitar melhorar o ambiente para a maioria dominante – isto é, tornar-se o instrumento de uma nova discriminação em escala mundial – ou analisar exatamente a divisão das duas cidades, portanto achar-se projetada no centro de um conflito político mais geral, que diz respeito a cada nação individual e às relações internacionais (2001, p. 725).

Várias são as percepções do que é a cidade, segundo o olhar do historiador, do filósofo, do sociólogo, do geógrafo e do arquiteto, entre outros, que se completam ao apresentarem a cidade não como objeto, mas como o conjunto de elementos fundamentais ao alargamento das relações sociais. Portanto, para melhor compreensão do conjunto de elementos que proporciona à cidade o desenvolvimento de suas diferentes dimensões, é interessante fazer um breve levantamento de seu papel no decorrer da história. A abordagem terá como ponto de partida a origem e a organização das cidades medievais, que são criadas como extensão dos feudos, em um contexto marcado por profundas violências, decorrentes das invasões bárbaras e, portanto, edificadas sob a proteção das muralhas.

1.2 Muralha: monumento medieval

Algumas cidades medievais cresceram do abandono de antigas cidades romanas, enquanto que outras nasceram nos e aos arredores dos castelos feudais. Feição do lugar em que a vida urbana foi motivada pelo trabalho assalariado, na produção e troca de mercadorias desenvolvidas pelos artesãos, cuja relação comercial, a princípio, foi de caráter interno.

Os castelos feudais representaram a fortificação, o refúgio dos homens e a guarda de seus bens. Surgiram como verdadeiros monumentos pontilhando a Europa Ocidental, dando-lhe novas paisagens. Externamente aos castelos, a paisagem de destaque são as muralhas com suas portas, rodeadas por um fosso, enquanto a parte interna fundamentou-

se como abrigo à guarnição de cavalaria, à habitação do senhor feudal, à igreja, às casas, aos celeiros e às granjas, que representavam as atividades produtivas, resultado da necessidade da funcionabilidade do grupo social. Essas fortalezas deram origem aos burgos, que foram apresentando dinâmicas de organização que se expandiram, proporcionando o surgimento de espaços para as atividades intelectuais. Posteriormente, no século XII as universidades foram preenchendo lugares nos burgos.

Os burgos possuíam ruas que possibilitavam o caminhar de seus habitantes, bem como dos animais de carga; a pavimentação ficava restrita à rua central, visivelmente mais larga. O comércio se estendia nas ruas e na praça, e possibilitava a formação de novos lugares de manifestação cultural, expressa nas praças públicas. As praças se distinguiam entre a do comércio (pública) e da igreja (catedral), com distintas funções. A praça representa a centralidade do burgo, que juntamente com o castelo feudal – sede política e administrativa – e a igreja, representavam os monumentos (Figura 1).

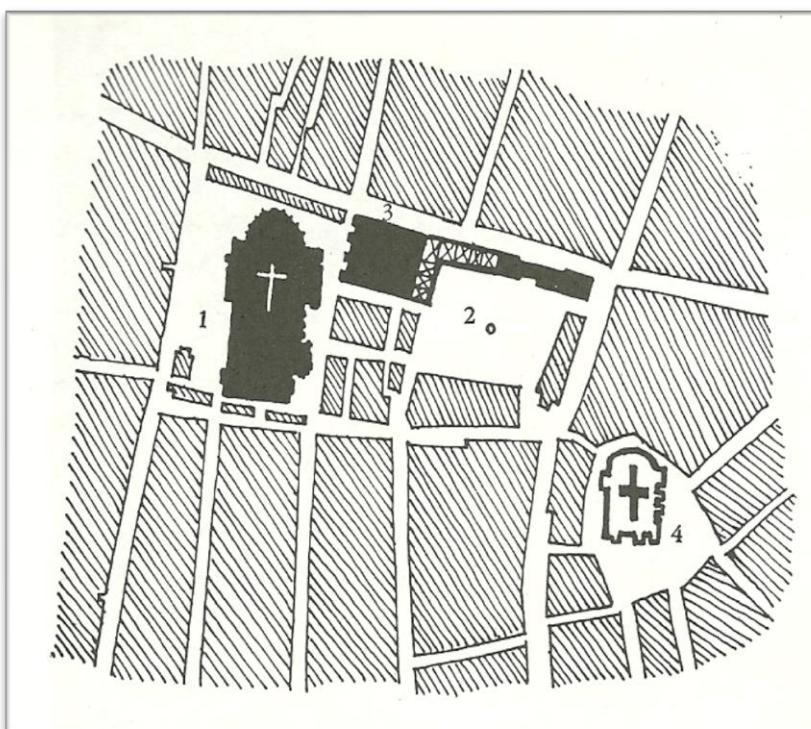


Fig. 1. O centro de uma cidade medieval (Lübeck), composto por quatro elementos característicos: o largo da igreja principal (1); a praça do mercado com a municipalidade (2); a rua principal, que passa tangente a estes dois espaços (3); o largo da igreja secundária (4).
Fonte: Leonardo Benévolo, 2001, p. 270.

A igreja teve o seu papel de evidência, reconhecida como a primeira edificação a marcar presença na cidade, suprema em relação aos outros poderes que, além de monumento, funda-se em solos adotados como santuários. A igreja se destacou pela religião e ideologia dominante. Atuou ainda na função econômica – responsável pela arrecadação dos dízimos, censos e rendas – e na função de comando – justiça. Jacques Le

Goff (1992, p. 42) destaca que “na Idade Média a religião exprime, enquadra, controla ou tenta controlar todos os fenômenos. Está presente, portanto, de maneira visível, espetacular, no coração da cidade”. O destaque monumental e o desempenho de suas funções despertaram o interesse e a proteção divina, desejada pelos moradores da cidade.

[...] A arte das catedrais significa acima de tudo, na Europa, o despertar das cidades. [...] Homens que, na cidade, nos bairros em constante expansão, trabalhavam a lã, o couro e os metais, que vendiam belos tecidos, bem como jóias, e corriam de feira em feira, em caravana. Esses artesãos, esses negociantes quiseram que na igreja matriz de sua cidade, nos vãos, transfigurados pela luz de Deus, se representassem os gestos e as ferramentas do seu mister. Que seu ofício e sua função produtiva fossem assim celebrados nesse monumento que a todos reunia por ocasião das grandes festas, suficientemente vasto para acolher a população inteira da cidade. Os burgueses, com efeito, não entravam na catedral apenas para rezar. Era ali que se reuniam suas confraternidades e toda a comuna para suas assembleias civis (DUBY, 1988, p. 59).

A ocupação dos espaços internos, dos burgos, geralmente foi marcada por vazios e aglomerações, demonstrando uma má distribuição dos espaços funcionais da cidade. Com a retomada do comércio, os burgos são tomados como pontos de circulação e parada dos mercadores e mercadorias. O avanço do comércio deu origem a uma nova organização social, contribuindo para o enfraquecimento da estrutura feudal. Isso resultou do fato de que muitas cidades medievais tinham se formado através dos burgos e os seus habitantes, os burgueses, ficaram sujeitos ao pagamento de altos impostos aos senhores feudais, dando-lhes a possibilidade de conquistar o direito consuetudinário territorial, direito de administração própria e arrecadação de seus tributos.

Os cidadãos, por sua vez, ou antes, a camada superior que assume, ao lado do senhor ou dos senhores, um lugar dominante na cidade, os burgueses, têm três preocupações essenciais: o direito de enriquecer, o direito de administrar e a possibilidade de dispor facilmente da mão-de-obra. É preciso, portanto, que não haja sobre a produção artesanal e o comércio direitos senhoriais exorbitantes; os burgueses devem ser livres e poder dedicar-se aos seus negócios, ter o direito de se reunir livremente e a possibilidade de controlar a vida econômica e administrativa da cidade; todos os habitantes devem ser livres como os burgueses, que poderão assim obter a mão-de-obra, sobre a qual não pesa nenhuma coação senhorial. Atendidas essas condições, os burgueses não têm razões para se opor ao modo de produção senhorial, que lhes proporciona a baixo preço as matérias-primas para o artesanato e o comércio (Jacques Le Goff, 1992, p. 56).

A dinâmica comercial tomou uma proporção tamanha, que aos poucos os burgos tornaram-se insuficientes, para acolher o fluxo de viajantes e comerciantes. Novos espaços no entorno foram erguidos, para atender a demanda do momento. Pode-se dizer que a cidade medieval expandiu aos arredores dos burgos, nas áreas externas às muralhas, nos *forisburgos* ou *novos burgos*, submissos ao núcleo primitivo da cidade. Os novos burgos representam os subúrbios² que gradativamente foram recebendo suas muralhas (Figura 2). Le Goff (1998, p. 17) destaca que:

[...] A cidade vai, portanto, lançar seu poder sobre certa extensão em volta, na qual exercerá direitos mediante coleta de taxas: é isso que se chamará de subúrbio. [...]

Ainda assim a muralha isola a cidade. Com suas portas que podem se fechar de novo para o subúrbio.

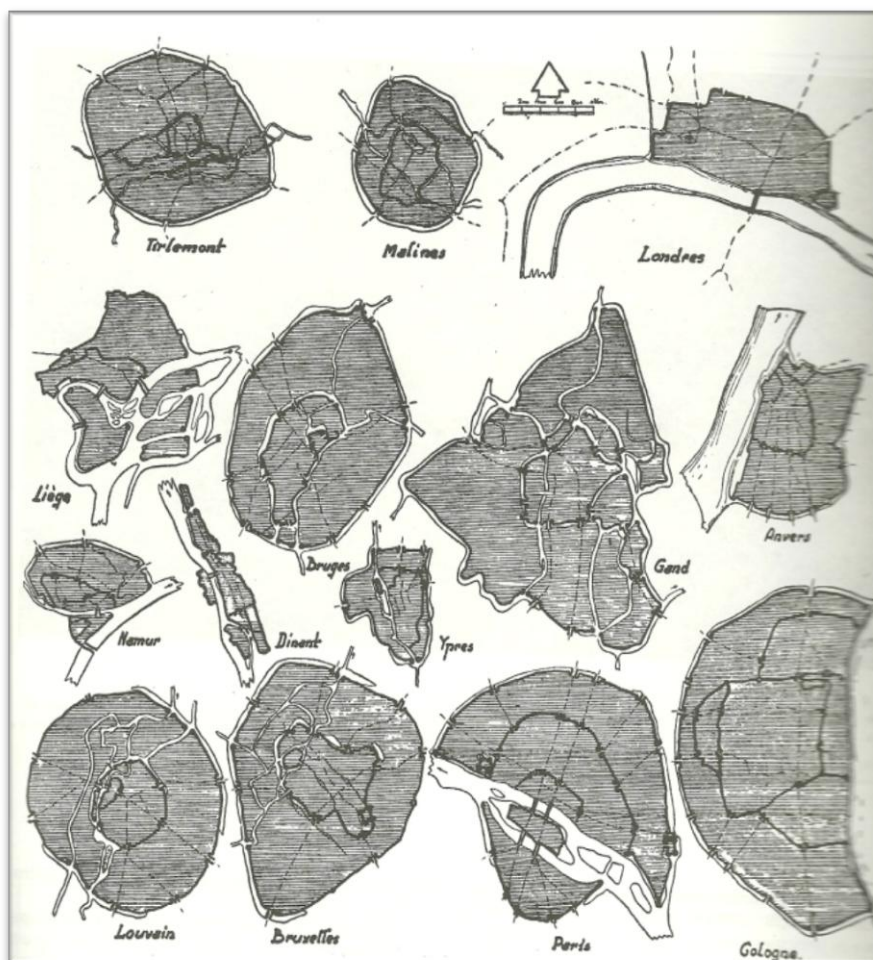


Fig. 2. Plantas de 14 cidades da Europa Setentrional, com os sucessivos cinturões de muros até o século XIV. Fonte: Leonardo Benévolo, 2001, p. 259.

² Subúrbios: do latim *suburbiu*. Termo usado para designar áreas circunscritas às áreas centrais de um dado aglomerado urbano.

Duby corrobora com a descrição funcional das muralhas ao afirmar que

[...] essas fortalezas que são as cidades se distinguem pelo fato de estarem abertas para o tráfico. Vivem dele. Guerreiros e padres residem ali, mas são os homens de negócios que lhes garantem a prosperidade e por vezes as governam sozinhos. Para as suas portas convergem todos os itinerários, estradas de terra e vias fluviais. Mas os instrumentos da circulação servem para a defesa: a ponte é também muralha [...] (DUBY, 1988, p. 60).

A cidade é um lugar de proteção, os seus habitantes ficam recolhidos no interior da muralha, que durante a noite selam suas portas, para guardar os ganhos adquiridos pelos cidadãos (Figura 3).

[...] Os mercadores e as suas mercadorias eram, com efeito, uma presa demasiado cobiçada para que não se tratasse de protegê-los com uma sólida muralha. A sua construção foi a primeira obra pública que empreenderam as cidades e a que, até fins da Idade Média, gravou com maiores despesas as suas finanças. Na realidade, foi cada uma delas o ponto de partida da organização financeira. Por isso, deu-se o nome de 'firmeza' (*firmitas*) [...]; por isso é, à construção da muralha, parte das multas impostas pelo tribunal urbano. O fato de figurar, ainda hoje, no escudo dos municípios, uma coroa mural, mostra a importância que se dava à muralha [...] (PIRENNE, 1970, p. 59).

Pirenne (1968) pontua que sobre a proteção da muralha, peça fundamental na Idade Média, houve o crescimento dos espaços urbanos europeus, intensificados com a migração de trabalhadores rurais, atraídos pelas novas probabilidades de prosperarem, sobre o abrigo das muralhas. A inserção dos campos nas cidades ocorreu, a princípio, na esfera dos homens, refletindo na formação urbana medieval um perfil rural na cidade (Figura 4). Viver na cidade possibilitava novas oportunidades, mas, que acarretavam a necessidade de um maior dinamismo, uma maior carga de atividades.

O cotidiano das cidades medievais possibilitou a formação de novas culturas, que se propagaram pelos encontros nas praças públicas, diferindo da preleção política oficial. Surgiram momentos em que narrativas foram apresentadas e compartilhadas nas brincadeiras, sonhos e partilhas. As manifestações se incorporaram aos anseios dos cidadãos, dando novos contornos ao modo de vida urbana.

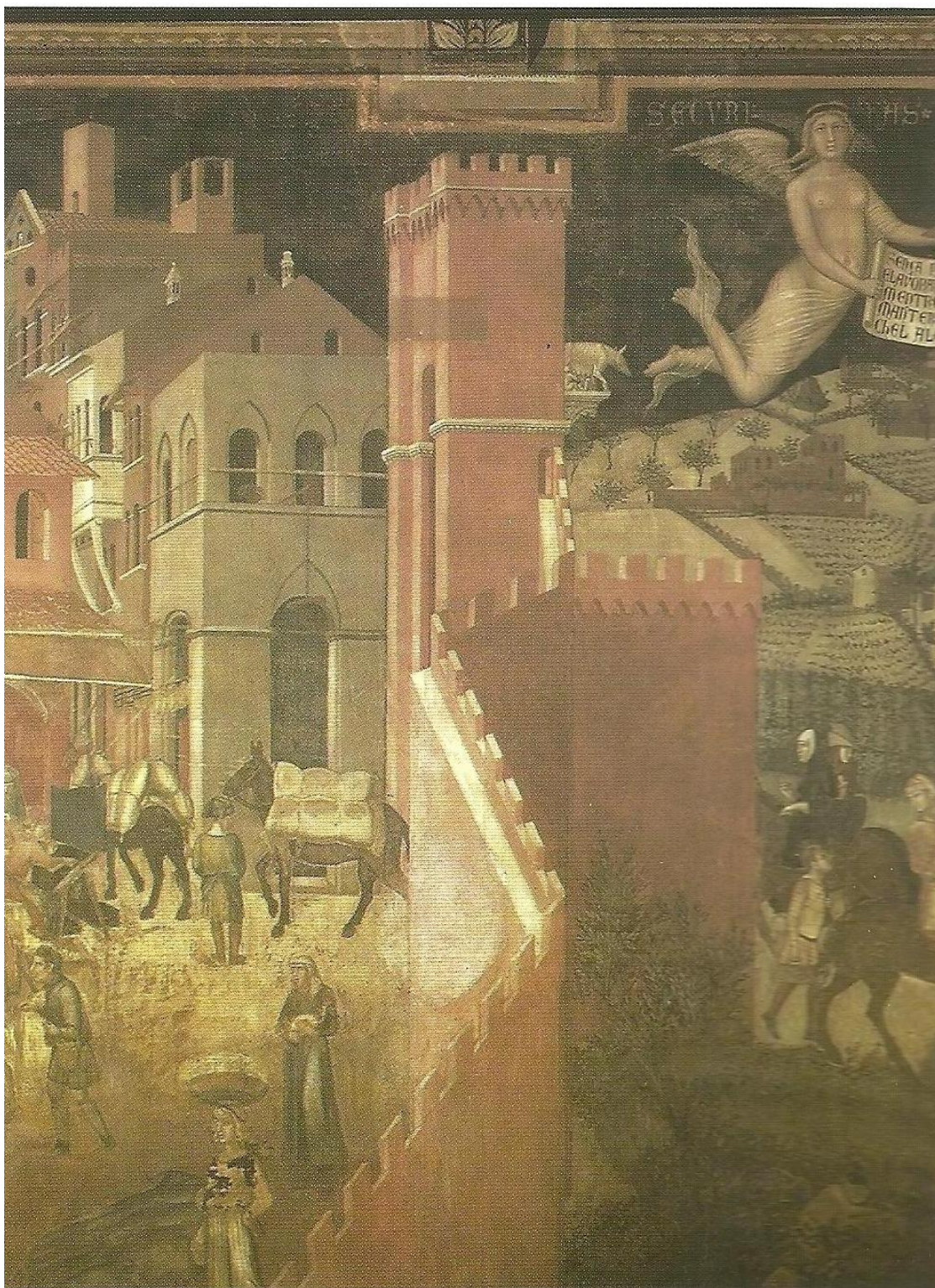


Fig. 3: Pontilhada de portas, a muralha isola o espaço urbano no plano material, assegura sua defesa e permite o controle da circulação com o exterior. Em horas determinadas, à tarde e pela manhã, a cidade se fecha atrás de suas muralhas. A alegoria da segurança sobrevoa a cidade.
Fonte: Le Goff, 1998, p. 14.



Fig. 4: Na Idade Média, o castelo, lugar de poder econômico e político, domina a sociedade camponesa. É muitas vezes contra o poder senhorial que a cidade afirmará sua independência e, depois sua influência sobre o campo ao redor. Lavouras diante do castelo de Lusignan (detalhe do calendário, com zodíaco, mês de março).
 Fonte: Le Goff, 1998, p. 13).

A diversidade se fez presente no modelo de relação entre o mundo feudal e a cidade medieval. Le Goff (1992) sublinha que tais cidades atuaram como objetos do processo de feudalização, agiram como sujeito de dominação senhorial e deram suporte à exploração social do campo. Várias foram as possibilidades de organização do espaço urbano, refletindo na construção das particularidades entre as cidades, que se firmaram no controle do capital que circulou, em função da relação entre o interior e o exterior das muralhas. A dinâmica desse capital, por outro lado, acabou por minar a lógica da economia medieval, ao privilegiar o comércio sobre a produção agrícola de auto-consumo.

[...] Lentamente a vida das cidades antigas foi minguando, transformando-se seus muros em conchas vazias a abrigar instituições que também eram conchas vazias. Hoje, por assim dizer, somente quando se leva a concha tranquilamente ao ouvido, como se faz com uma concha do mar, é que se pode perceber, na pausa seguinte, o ruído débil da vida outrora vivida, com impressionante convicção e solene propósito, dentro dos seus muros (LEWIS MUMFORD, 1998, p. 373).

Esse modelo de expansão urbana se fez presente entre os séculos XI e XIV, sendo interrompido com a trágica Peste Negra (1348-1350) que, juntamente com o conflito armado entre a Inglaterra e a França, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), deixou o espaço europeu fragilizado. Tais conjunturas contribuíram com o declínio da sociedade feudal, que deu abertura para um novo modelo de organização social, política e econômica na Europa. Começa a brotar o capitalismo mercantil; uma nova dinâmica de produção, controle e circulação de mercadorias, que refletiu em mudanças na estrutura das cidades.

1.3 O tempo apressou: eclodem as cidades industriais

O mercantilismo representou uma fase de transição política, que projetou as cidades medievais às novas conquistas que foram aplicadas às cidades além mar – às colônias conquistadas pelos europeus – que possibilitaram o crescimento da produção fabril. As conquistas técnicas adquiridas permitiram que um novo modelo de economia se fortalecesse, em vários países europeus. A Inglaterra dá o pontapé a esse processo, provocando uma grande revolução na produção de mercado que, em seguida, é absorvida pela França e assim, no decorrer da segunda metade do século XVIII e início do século

XIX, abre possibilidades à expansão das indústrias pelo continente europeu, fato que permitiu o desprendimento das regras e estruturas que marcaram o período medieval.

A cidade medieval foi caracterizada pela praça de mercado; mercado esse que ultrapassou as muralhas e que, com as inovações técnicas, influenciaram fortemente a política e a economia mundial. O comércio excede as fronteiras das cidades, países, continentes, sendo contagiado pela economia de mercado. O capitalismo sobrepõe-se aos resquícios feudais. Lewis Mumford sinteticamente aborda sinais da mudança na estrutura econômica, no seguinte fragmento:

O crescimento da cidade comercial foi um processo lento, pois teve de enfrentar resistência tanto na estrutura quanto nos costumes da cidade medieval; e, embora tirasse partido da regularidade barroca, e fosse, na verdade, particularmente responsável por ela, não tinha como usar as extravagâncias da principesca. Mas o resultado final do capitalismo foi introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de lucro. [...] essa mudança começou na cidade medieval, com o crescimento do comércio à longa distância. Tão bem implantada achava-se essa nova espécie de comércio, fora dos domínios dos regulamentos individuais das guildas, que, em 1293, os corretores ou “factores” de Bruges tinham apresentado sua pretensão de agir como intermediários em todas as transações em grosso, em sua cidade. E tal influência era tão marcada que, dois séculos antes de Tomás de Aquino, Alain de Lille podia dizer: “Agora, não é César, mas o dinheiro, que é tudo” (1998, p. 446).

Ao novo modelo econômico está agregado situações de risco comercial, se comparado ao sistema medieval do mercado (protetor e seguro). O risco comercial passa a ser necessário, diante da crescente visão de lucro, implantada pelo capitalismo. Uma nova burocracia comercial é criada, surgem os escritórios que acolhem novos ofícios, pois é indispensável ter o registro das contas, das correspondências e filtrar informações que possam dar vantagens, na obtenção do lucro comercial. O papel amplia seu valor, está ligado ao poder de troca, compra e venda, diretamente associados à especulação e corretagem. A bolsa de valores, representação do risco necessário nesse novo processo comercial, dá impulso aos investimentos de mercado. Mumford (1998, p. 447) ressalta a importância dada pela nova classe endinheirada, aos rumos dos investimentos que a cidade passa a promover: “A Bolsa, o banco nacional e o centro de câmbio dos mercadores eram as catedrais da nova ordem capitalista”.

[...] A prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do “mundo da mercadoria” que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical. A passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhar por uma crise gigantesca [...] (LEFEBRE, 2006, p. 7).

As cidades dinamizam a vida dos que direta ou indiretamente estão ligados a ela. O papel exercido pela cidade recebeu amplitude ao longo da história humana³, que se funde com a expansão da indústria. A industrialização originou significativa mudança na dinâmica populacional, fato este que progressivamente proporcionou maior concentração da população nas cidades, pois antes do despertar da força exercida pelas atividades industriais – meados do século XIX – as cidades eram habitadas por uma mínima parcela populacional.

A cidade reúne as condições ideais para o desenvolvimento das atividades industriais, ela representa o espaço privilegiado para a indústria, em função da força de atração exercida pela mão-de-obra e mercado ali presentes. O enfraquecimento das estruturas agrárias, que dominavam os meios de produção e, ao mesmo tempo, uma economia doméstica, alimentada pelo trabalho artesanal, resulta na manifestação manufatureira que aos poucos se torna fabril. Tal evolução proporcionou o deslocamento do centro principal da produção de riqueza, do campo para a cidade. As fábricas vão conquistando o seu espaço na vida da cidade, o processo de industrialização levou à urbanização e por ela foi estimulado.

O deslocamento de trabalhadores do campo para a cidade proporcionou o crescimento de uma parcela da população ociosa e, ao mesmo tempo, valiosa para os industriais. O trabalho humano é essencial, mas o seu baixo custo o transforma em uma mercadoria⁴.

Não se deve perder de vista que um dos fatores importantes, exigido pelo novo sistema de produção em massa, era o fornecimento de trabalho humano, tratado quase como uma mercadoria nesta primeira época do industrialismo, áspera e seca. Era necessário ter à disposição um grande stock humano, quanto mais desprotegido e miserável melhor, visto que o

³ “A história humana é marcada por saltos quantitativos e qualitativos, que significam uma nova combinação de técnicas, uma nova combinação de forças produtivas e, em consequência, um novo quadro para as relações sociais” (SANTOS, 1986, p. 159).

⁴ “[...] a relação social entre capitalistas e trabalhadores é a mais fundamental de todas as relações sociais no capitalismo. Isto quer dizer que, para a grande maioria satisfazer o nível mais básico ou mais baixo de nossas necessidades humanas universais, nosso potencial produtivo criativo tem que ser reduzido a uma mercadoria, à força de trabalho que vendemos no mercado” (HUNT, 1989, p. 516).

seu trabalho podia ser contratado em condições mais favoráveis para o patrão.

[...] O processo mais simples para fazer baixar o custo de um produto era, indubitavelmente, diminuir os salários dos trabalhadores (GOITIA, 1996, p. 158).

A cidade consiste em força de atração para a indústria essencialmente por oferecer, como já mencionado, mão-de-obra e mercado consumidor. Mas, a função industrial da cidade é alimentada pelas áreas fora do núcleo urbano, pelos espaços que representam as fontes de matérias-primas. Não há isolamento do campo com a cidade, as relações entre os dois espaços ficam cada vez mais estreitas, pois é necessário que algumas atividades econômicas continuem no campo; este é a fonte de produção que movimenta as indústrias que ocupam as cidades. Porém é o espaço urbano que assume o comando da economia.

Inicialmente as cidades industriais são ribeirinhas, os rios navegáveis facilitam a entrada das matérias-primas e saída dos produtos industrializados. Com o avanço das atividades industriais novas estruturas viárias, meios de locomoção e fontes de energia são criadas e as indústrias vão invadindo áreas, mais distantes dos cursos dos rios e, aproximando-se, de pontos cada vez mais estratégicos ao fortalecimento dos processos de produção.

A Primeira Revolução Industrial proporcionou algumas inovações significativas e que impulsionaram as atividades econômicas e reestruturação social. A construção de canais possibilitou o deslocamento mais rápido de cargas pesadas; a máquina a vapor impulsionou a produção de energia, o que permitiu a redução da força de trabalho humana e animal, principalmente nas atividades agrárias; cresce o deslocamento populacional do campo para a cidade, resultado da introdução de máquinas no campo que suprem o trabalho humano; a produção passa a ser em grande escala; linhas férreas são construídas e permitem que pessoas e mercadorias se desloquem com maior rapidez; os barcos a vapor representam uma grande conquista, amplia a facilidade do transporte de cargas, pois já não há uma total dependência das embarcações, movidas pela força dos ventos; essas são algumas das grandes conquistas atribuídas ao primeiro estágio da industrialização.

O aparecimento da máquina a vapor permitiu que se realizasse uma tal concentração industrial que a produção em massa foi extraordinariamente favorecida. [...] as indústrias têxteis estavam situadas ao longo dos rios, de tal modo que, sem estarem completamente dispersas, estavam distribuídas longitudinalmente. Agora, com a máquina a vapor, podia efetuar-se a concentração em torno de um ponto, isto é, agrupar as fábricas em locais determinados, o que originou o fabuloso crescimento

das grandes cidades industriais. Manchester, que tinha em 1760 entre trinta e quarenta mil habitantes, cresceu em 1800, graças à utilização da máquina a vapor, até alcançar setenta mil habitantes, dez mil dos quais eram emigrantes atraídos pelo desenvolvimento industrial da grande cidade (GOITIA, 1996, p.157).

A evolução das técnicas aplicadas aos meios de produção, transporte e energia, projetam as cidades como centros econômicos. A indústria cada vez mais presente, nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, encontra-se dependente da mão-de-obra qualificada tecnicamente. Pertencer ao sistema urbano passa a ser fundamental ao crescimento industrial. A localização das indústrias está diretamente ligada à dinâmica urbana e não mais, necessariamente, à base da produção industrial – fontes de matérias-primas e escoamento – a indústria fica cada vez mais dependente da cidade. A presença das fábricas vai, gradativamente, transformando os solos urbanos e arredores; instalam-se nos pontos estratégicos para atenderem os interesses do capitalismo industrial. Se necessário fosse barrar um rio, para garantir energia à expansão do processo de produção fabril, esforços não seriam poupados.

A cidade, indispensável ao avanço industrial, promove certa desordem na estrutura urbana que, na realidade, oculta uma organização⁵ resultante da economia de mercado, que distancia os cidadãos do controle da dinâmica industrial. Tal desordem dá sentido à necessidade de estar atento à nova leitura, que se deve fazer a respeito da cidade. O que, a princípio, parece não ter razão de ser – como a exclusão social no uso do solo – têm sua função; é o caso da divisão social do trabalho, que proporciona a formação dos bairros dos operários aos arredores dos centros industriais. Estes, representam o lado desumano da cidade, espaços desprovidos de infraestrutura, retrato da função aplicada pelo capitalismo industrial aos aglomerados urbanos.

Ao mesmo tempo que as fábricas e todos os seus estabelecimentos anexos, ganham destaque, na cidade industrial, os chamados bairros operários, construídos em virtude da iniludível necessidade de albergar a mão-de-obra. Ao princípio, estes bairros operários, a que os anglo-saxões chamam *slums*, desenvolveram-se com condições de vida verdadeiramente ínfimas. São uma das marcas que mais desfeiam a cidade industrial, uma página autenticamente sinistra nos anais da habitação do homem; um constante pesadelo para filantropos e reformadores sociais (GOITIA, 1996, p. 160).

⁵ “As novas atividades exigem um lugar no espaço e impõem uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço diferente daquela que antes existia” (SANTOS, 1986, p. 164).

Os subúrbios crescem, aos arredores dos complexos fabris, que sustentam o desenvolvimento das áreas burguesas. Criados para pernoitar os trabalhadores das cidades industriais, possibilitam especulação sobre os terrenos. A moradia torna objeto de valoração do uso do solo. Há uma dinâmica entre a centralidade urbana e seus arredores que funcionam nos moldes da economia de mercado.

[...] A questão da moradia, sua urgência nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultaram e ocultam ainda os problemas da cidade. Os táticos políticos, atentos sobretudo ao imediato, só viram e só vêem essa questão. Quando emergiram os problemas de conjunto, sob o nome *urbanismo*, foram eles subordinados à organização geral da indústria. Atacada ao mesmo tempo por cima e por baixo, a cidade se alinha pela empresa industrial; figura na planificação como engrenagem; torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida quotidiana dos produtores e o consumo dos produtos (LEFEBVRE, 2006, p. 76).

Das incertezas e aflições que surgem, entre o crescimento das conquistas tecnológicas e as adaptações sociais às inovações, nascem novas tendências associadas aos movimentos culturais, que projetam a arquitetura como um instrumento de morar. A moradia é reconhecida, também, como um artigo de consumo. Possibilidades inovadoras abroham com as ofertas de diferentes materiais, colocados no mercado, frutos da industrialização. Concreto, ferro, vidro e tantos outros recursos são usados para dar formas, que já não se prendem aos valores culturais que, historicamente, estiveram presentes nos modelos urbanos, caracterizados pela presença das ruas, calçadas, praças e visão de continuidade – expansão – urbana. Surgem os projetos arquitetônicos que tendem a romper com a cultura já consolidada, na tradição material e acessibilidade geográfica; uma arquitetura gerada pela razão e intenção de satisfazer apenas os sentidos. Casé (2000, p. 85) sinteticamente aborda essa tendência no fragmento:

Segundo este idealismo, a metrópole do futuro, autodenominada *Ville Ideal*, se resumia numa cidade composta por vias expressas de comunicação e zoneadas por categoria de uso, racionalmente compartilhadas em áreas propícias para morar, hospedar, produzir, divertir, eliminando a rica diversidade de atividades e os microclimas das cidades tradicionais.

Há cidades que brotam e as que se transformam, seguindo as novidades que a tecnologia coloca no mercado. Entre a cidade ideal e real há o cotidiano, realizado pelos diferentes níveis sociais. A vida urbana cria seus caminhos e contornos para as possíveis

adaptações. Os espaços da cidade vão ampliando distâncias, que nem sempre são apropriadas aos meios de transportes populares. A periferia e a centralidade constroem seus desafios, suas rotinas, suas formas de dar funcionalidade ao estilo de vida urbana, que é iluminada pelo novo e que, ao mesmo tempo, sufoca a crescente provocação de conciliar o desnível social.

A produção industrial, desenvolvida na cidade, possibilita a formação de uma centralidade capitalista ligada ao consumo. Essa centralidade projeta duplamente o papel desempenhado pelo consumo, ou seja, uma centralidade formada pelo lugar de consumo e, ao mesmo tempo, consumo de lugar. A concentração comercial no centro da cidade proporciona uma maior circulação de consumidores em busca dos produtos de sua necessidade, bem como na necessidade de interagir com o dinamismo sociocultural oferecido entre ruas, praças e fachadas comerciais. No fragmento a seguir, Henri Lefebvre reforça o duplo caráter da centralidade capitalista:

[...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor da troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca (LEFEBVRE, 2006, p. 131).

A atividade industrial apresenta novas situações, novos desafios, facilidades e problemas para os moradores da cidade, ela oferece produtos e convívio populacional, amplia a capacidade de criar, de inovar, de dar necessidade ao que se produz. Henri Lefebvre (2006) em sua obra *O direito à cidade*, evidência que a crise da cidade é de âmbito global, em que a morfologia urbana desnuda seus problemas associados às moradias; as nações em desenvolvimento cunham favelas, enquanto as desenvolvidas proliferam subúrbios. Na orla da cidade fica o desafio social, a esperança das benfeitorias que as áreas mais centrais conquistaram, sobre o valor do uso do solo.

CAPÍTULO 2

SOBRE RAÍZES E SONHOS: CIDADES BRASILEIRAS

O *Ser* é a sociedade total; o tempo são os *processos*, e as funções, assim como as formas são a *existência*.

Milton Santos (1986, p. 176)

Sem a pretensão de fazer um estudo da história das cidades brasileiras, este capítulo tem o propósito de levantar dados referentes à dinâmica populacional e, conseqüentemente, seus papéis na construção da malha urbana nacional, que sobre raízes e sonhos se constrói.

Nossas cidades foram erguidas tendo como fio condutor a integração de diferentes lugares, por vezes complementando-os e por outras os confrontando. Há aquelas que nasceram para dar suporte ao modelo colonial, outras para abrirem trincheiras rumo ao oeste – às novas conquistas –, há as que desapareceram e as que se desenvolveram, ainda há as que ficaram paradas no tempo, outras tiveram quem planejasse seu nascimento.

Contudo, o capítulo destacará a cidade de Goiânia, fruto de uma demanda de ordem política e econômica que, na esfera regional, articulou o crescimento econômico do sul e sudoeste do Estado e, na esfera nacional, contribuiu com o novo ritmo de produção do país. O planejamento dado a construção de Goiânia a colocou como modelo de urbanismo moderno, que foi além do planejado, projetando-a para cumprir o papel de metrópole, cujas vantagens somam-se aos desafios.

2.1 Malha urbana: fios que desvendam a cidade

O ano de 2007 ficou marcado na história da demografia mundial; somos numericamente mais urbanos que rurais, ou seja, mais de 3,3 bilhões de pessoas vivem em cidades, em diferentes espaços geográficos. O Brasil não foge à estatística mundial; de

acordo com o censo demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 80% dos brasileiros são urbanos.

As atividades econômicas, associadas ao meio urbano, como as industriais, comerciais e prestação de serviços, cresceram de forma considerável. O cenário das cidades brasileiras atraiu e atrai cada vez mais, o interesse econômico e, junto a ele, a sociedade vai construindo a sua história.

No Brasil, o critério para definição de cidade é baseado na verificação se um aglomerado populacional tem sede de município ou não, ou seja, é o local que possui a sede do poder executivo – Prefeitura – do poder legislativo – Câmara Municipal – e comumente a presença do poder judiciário – o Fórum.

Essa estrutura envolve diferentes estágios de desenvolvimento das cidades brasileiras, que estão relacionados ao modo de produção do município e, sendo o Brasil um país de dimensão continental, percebe-se que o desenvolvimento das cidades é pertinente à convivência de subsistemas regionais, em que “o sistema brasileiro de cidades pode ser interpretado como uma média ponderada dos vários subsistemas regionais, onde os pesos refletem a importância econômico-demográfica de cada região” (TOLOSA, 2001, p. ii).

As cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro historicamente destacam-se na urbanização nacional. Rapidamente expandiram suas indústrias, que serviram de imã para o êxodo rural. Conforme registros do IBGE, no ano de 1940, a cidade de São Paulo possuía 1,3 milhão de habitantes, saltando em 2010 para 11.253.503. Os números ampliam ainda mais se computarmos os habitantes dos municípios que economicamente estão vinculados à capital paulista – a Grande São Paulo – que, no período em questão, registrou cerca de 18 milhões de habitantes.

A cidade do Rio de Janeiro, também obteve um grande salto populacional vinculado à industrialização. Em 1940 possuía 1,7 milhão de habitantes, em 2010 contabilizou 6.320.446 que, juntamente com os municípios a ela vinculados – a Grande Rio de Janeiro – registram cerca de 11 milhões de habitantes.

As primeiras décadas da industrialização proporcionaram um inchaço dos dois centros industriais nacionais que, em 1950, abrigou 10% da população do país. A década de 1970 evidenciou o grande desenvolvimento da economia brasileira – especialmente centralizada – o que fez expandir as metrópoles e proporcionou a metropolização de outros centros urbanos. No ano de 2002 – conforme dados do IBGE – treze cidades se destacavam como metrópoles (cidades que geralmente possuem mais de 1 milhão de

habitantes), sendo elas: Salvador (2.675.656), Brasília (2.570.160), Fortaleza (2.452.185), Belo Horizonte (2.375.151), Manaus (1.802.014), Curitiba (1.751.907), Recife (1.537.704), Porto Alegre (1.409.351), Belém (1.393.399), Goiânia (1.302.001), Guarulhos (1.221.979), Campinas (1.080.113) e Nova Iguaçu⁶ (796.257). Tais metrópoles, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, contabilizam mais de 30% da população brasileira.

As cidades metropolitanas comumente são divididas, segundo o seu grau de influência na economia e cultura nacionais. Desta forma, o Brasil possui duas grandes metrópoles – São Paulo e Rio de Janeiro – que, além de atingirem diretamente a estrutura econômica brasileira, tem repercussão em diversos espaços internacionais. Há sete metrópoles – Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Curitiba – que não atuam significativamente no cenário internacional, mas, que são polos de pulverização em diversos lugares nacionais. Já Manaus, Belém e Goiânia, são reconhecidas pelo IBGE como metrópoles regionais.

Diante de tais dados, podemos destacar que a intensificação da urbanização brasileira ocorreu, juntamente com o processo de industrialização, que realçou algumas cidades no cenário nacional e internacional. O destaque econômico e demográfico conquistado fluiu, juntamente com a macrocefalia⁷ urbana.

É inegável que há diferentes tipos de cidades – cada uma com sua importância, com seu perfil e história – que compõem uma hierarquia e classificação que as distinguem como cidades grandes, médias e pequenas, a que chamamos de malha urbana ou sistema urbano. Isso significa que a rede urbana não é composta apenas pelas metrópoles – grandes cidades.

As cidades médias brasileiras são numerosas e contabilizam 50 mil a mais ou menos 500 mil habitantes, elas estão diretamente ligadas às metrópoles e atuam em áreas específicas. Dependendo de suas dimensões e recursos oferecidos, podem ser classificadas como centros regionais ou sub-regionais.

As cidades médias ampliam suas funções, como áreas de escape ao agravamento da macrocefalia urbana, típica das grandes metrópoles. O papel de tais cidades vai se destacando no cenário nacional, elas são necessárias para que as metrópoles não cheguem a

⁶ Os dados numéricos apresentados foram documentados pelo IBGE e correspondem ao número de habitantes em 2010.

⁷ A expressão macrocefalia foi criada para demonstrar que a centralização das atividades econômicas e consequentemente a aglomeração populacional excedem a capacidade de manter condições de vida saudável, assim como sustentar a economia local e nacional.

um colapso. Andrade e Serra (2001, p. vi) abordam o interesse indispensável que a economia nacional possui em investir nas cidades médias, conforme o fragmento:

O foco nas cidades médias, e não nos pequenos centros urbanos, justifica-se pela preocupação em atingir o menos possível o processo de crescimento econômico do país, ou seja, evitar uma pulverização espacial excessiva dos capitais públicos e privados. Portanto, para que um determinado centro urbano se apresentasse como alternativa locacional às metrópoles, era preciso, além de certo nível de complexidade da divisão do trabalho, uma oferta suficiente de infraestrutura produtiva.

As cidades médias apresentam diversos predicados, que podem contribuir com a dinâmica econômica e populacional da nação. Funcionam como diques, capazes de minimizar os fluxos migratórios para as grandes metrópoles, fornecem diversas possibilidades de atuação populacional a bens e serviços, possuem espaços periféricos, capazes de atender a expansão da cidade. Tais atributos colocam as cidades médias no foco de investimentos, por serem áreas que atuam como o ponto de equilíbrio entre o esgotamento funcional de grandes cidades e a carência estrutural das pequenas.

Entre as cidades médias, certamente as de maior importância, em termos de atração de imigrantes, estão os centros urbanos de São Paulo; entre as regiões metropolitanas, o maior fluxo migratório foi o orientado para a de São Paulo, sendo, portanto, inegável o predomínio de São Paulo como área de atração para imigrantes. Deve-se enfatizar, entretanto, que as cidades médias do Sudeste chegaram a atrair mais imigrantes (cerca de 1,7 milhão) que a própria região metropolitana paulista (1,5 milhão), o que pode ser considerado como importante em termos da função esperada de *dique* desses centros (SANTOS e SERRA, 2001, p. 173).

As pequenas cidades são mais numerosas e heterogêneas, o que gera uma complexidade em relação ao seu estudo. Geralmente tem o poder de atuação em vilas, povoados e áreas rurais próximas a elas. Numericamente tais cidades são identificadas, nacionalmente, como aquelas que possuem entre 2 mil e 50 mil habitantes.

É conveniente destacar que o critério demográfico de classificação das cidades ainda é muito discutido, pois há cidades com índice populacional inferior aos indicados pela classificação e, em função do grau de influência que exercem para o seu Estado, recebem um *status* de cidade com um porte maior ao da categorização. Há cidades, por exemplo, que com 20 mil habitantes são reconhecidas como cidades médias, visto que oferecem diversas funções que atendem necessidades do contexto estadual.

Enfim, as técnicas ampliam as possibilidades de criarmos novas capacidades de viver e conviver em sociedade. Reconhecer o potencial das cidades possibilita identificar o papel que exercem, em seu Estado, e a projeção que apresentam no cenário nacional.

O interessante em relação ao estudo hierárquico das cidades brasileiras, está em perceber o que as distingue. Percepções que nem sempre são claramente apontadas, encontram-se nas insubstituíveis convivências que a cidade oferece e que, nem sempre são palpáveis, podem ser invisíveis e imateriais. A cidade também se faz na construção mental dos que a ela estão ligados.

2.2 Goiânia: de utopia à metrópole

A memória e a história ocupam os lugares da cidade, ambas representam narrativas que revivem o passado; são visitadas não para ancorar no que já foi, mas para percorrerem caminhos que indicam evidências, no processo dado à construção da identidade, que torna a cidade singular. Pesavento (2008, p. 6) sublinha que “expor o até então soterrado ao olhar dos habitantes, revelando outros espaços e tempos em um território já transformado por novas edificações e novos traçados” é o grande desafio. Visto que as representações que particularizam a urbes são resultantes do imaginário; de tal modo, carregadas de significados.

Revisitar o passado, o que foi acumulado pelo tempo, é um dos caminhos que dá acesso à compreensão do que se faz presente nas paisagens, nos elementos visíveis e invisíveis, que compõem a cidade. As paisagens urbanas projetam diferentes leituras sobre o espaço geográfico.

O desafio aqui proposto, está em conhecer caminhos trilhados que possibilitaram que Goiânia saísse da utopia e escrevesse sua memória e história, assim, sua identidade.

Goiânia foi uma cidade sonhada e planejada na década de 1930, para ser a nova capital do Estado de Goiás. Surgiu do resultado de um projeto político e econômico que foi proporcionando, desde sua concepção, transformações na morfologia sócio-espacial regional e nacional.

A cidade de Goiânia nasceu de ideais que associavam cada vez mais, a concepção de cidade capital com crescimento econômico regional e projeção à ascensão do novo modelo econômico – capitalismo industrial – nacional.

Nas encostas da Serra Dourada e dos morros São Francisco, Lajes e Cantagalo, encontramos cravejada a Cidade de Goiás, a antiga Vila Boa, primeira capital do Estado, nascida no século XVIII, em 1727. Geograficamente a cidade ficou sem área de expansão e com sua função econômica – a que a originou – esgotada. A cidade surgiu com as expedições dos bandeirantes paulistas, guiados por Bartolomeu Bueno da Silva, em busca do ouro presente no leito do Rio Vermelho, assim como, as primeiras cidades goianas que foram embrionadas pelos acampamentos de garimpeiros.

O brilho do ouro de Vila Boa ficou cada vez mais distante, resultando no desaparecimento dos garimpos. “Com o fim da mineração, que durou apenas cinquenta anos, a região sofreu um longo período de pobreza e decadência” (MELLO, 2006, p. 31). Do leito dos rios deixa de ser extraída a esperança de expansão econômica de cidades, como a capital goiana.

No centro da nação, Vila Boa ficou ainda mais isolada, distante da modernidade, presente nos espaços geográficos mais dinâmicos do país. Era preciso dar impulso à economia do Estado; dar vida – visibilidade – para as terras do sertão⁸ goiano.

O sertão simbolizava um enigma de oposição à cidade; que é percebida pelo afloramento das manifestações culturais, sociais e econômicas. Fazer brotar cidades no sertão, certamente era o desafio.

Esse foi o desafio que Pedro Ludovico Teixeira se propôs assumir. Tornar realidade a nova capital, tendo como meta sair do isolamento e dinamizar a economia do Estado, articulando as regiões produtivas (sul e sudoeste).

Para atingir tal ideal, primeiramente foi necessário conquistar o apoio federal. Pedro Ludovico aliou conhecimentos acadêmicos, adquiridos na faculdade de medicina, juntamente com a liderança política conquistada, e aproximou o diálogo com o governo federal. Assim, em um de seus relatos ao presidente Getúlio Vargas, argumentou a urgência na mudança da capital.

⁸ A etimologia da palavra sertão facilita a compreensão de sua colonização, de sua ocupação. “Gilberto M. Teles quem nos diz: *De-Sertum*, supino de *desere*, significa ‘o que sai da fileira’, e passou à linguagem militar para indicar o que deserta, o que sai da ordem, o que desaparece. Daí o substantivo *desertanum* para indicar o lugar desconhecido e figuradamente, impenetrável” (VICENTINI, 1998, p. 45).

A cidade de Goiás achava-se encravada entre serras, numa depressão topográfica bem acentuada. Além disso, acha-se mal localizada, longe das zonas prósperas que são as do sul e do sudoeste. É um ponto isolado e não tem sede centrífuga dos interesses econômicos gerais. A capital de hoje tem o mesmo índice de progresso, ou, talvez até menos, do que há 50 anos. A população vem orçando sempre, sem aumento, em torno de 10 mil habitantes (apud, ROCHA, 2009, p. 133).

Entre os argumentos de que Vila Boa não comportaria o crescimento que uma capital de Estado almeja, Pedro Ludovico Teixeira acrescenta que ela não tinha abastecimento de água suficiente para atender as necessidades urbanas e não possuía rede de esgoto, o que comprometia a salubridade local.

Um outro argumento, que corroborava com as ideias citadas, era de ordem sanitária. Vila Boa de Goiás, ou Cidade de Goiás era considerada como foco de doenças devido à suas condições físicas precárias, tornando-se, então, símbolo de insalubridade (MELLO, 1996, p. 31).

Os limites, relacionados pela precariedade sanitária da cidade, estavam associados ao fato de ter sido erguida em solo rochoso, cujos pedregulhos impediam que fosse implantado um sistema de esgoto adequado. Este fato propiciava a contaminação do lençol d'água, pela incapacidade do solo depurar os dejetos das fossas, que ocupavam os quintais das casas.

A própria edificação da cidade impedia a sua expansão, as casas foram erguidas no limite frontal das estreitas ruas de paralelepípedos, ficando lado a lado umas das outras, formando um grande corredor de residências germinadas, o que impedia a entrada da luz solar em boa parte do dia. Mas, diga-se de passagem, nos parapeitos das janelas olhos atentos acompanhavam o movimento pacato da cidade.

A fragilidade econômica, resultante do esgotamento precoce da atividade mineradora, juntamente com o isolamento natural, proporcionado pela Serra Dourada, refletiu na estagnação da cidade e, conseqüentemente, a apatia da população presa na “mentalidade oligárquica econômica e social, gerando a eterna relação do ‘meio sobre o homem e do homem sobre o meio’ [...] tão visível que a cidade de Goiás apresentou [...] um decréscimo de população” (CORDEIRO, apud, RIBEIRO, 2004, p. 19).

Percebe-se, portanto, que as edificações e seus habitantes pareciam ter parado no tempo. Diante de tais evidências já não era possível pensar na permanência da capital naquele espaço político e geográfico. Fundamentando-se em tais argumentos e com base

no projeto – Marcha para o Oeste⁹ – de Getúlio Vargas, Pedro Ludovico Teixeira persiste no processo de mudança da capital.

Foi um período conturbado, cheio de intervenções, que “entre o lançamento da pedra fundamental, em 24 de outubro de 1933, a efetivação da mudança, pelo Decreto 1.816, baixado em 23 de março de 1937, e a determinação política de Pedro Ludovico de tornar Goiânia, capital do Estado, teve que vencer severos obstáculos” (Rocha, 2009, p. 26). O sonho da transferência da capital aproxima da realidade.

[...] Quanto à nova capital, parecia estar lentamente abandonando o terreno dos sonhos. Os decretos de “Pedrinho” percorriam todos os becos da antiga Vila Boa e propagavam seus primeiros ecos. A área para sua implantação fora escolhida, as máquinas já iniciavam as primeiras obras, a cidade começava a ser erguida (ARRAIS, 2002, p. 47).

A escolha do sítio para instalação da nova capital ocorreu após seleção em que apontava quatro alternativas, sendo elas: Bonfim (atual Silvânia), Pires do Rio, Ubatan (local da Estação Ferroviária Egerineu Teixeira) e Campinas (Figura 5). A comissão¹⁰ nomeada por Pedro Ludovico – em 20 de dezembro de 1932, pelo Decreto nº 2737 – era composta por técnicos com função social e política atuante em diferentes segmentos.



Fig.5: Delimitação do sítio definido para construir Goiânia.
Fonte: Ribeiro, 2004, p.32.

⁹ Projeto político e econômico implantado pelo Estado Novo – gestão de Getúlio Vargas – cujo objetivo era viabilizar o preenchimento funcional rumo ao interior do Brasil até a Amazônia.

¹⁰ Essa comissão foi formada pelo bispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira, eleito pelos membros presidente dos trabalhos; o advogado Colemar Natal e Silva, secretário; o engenheiro-urbanista João Argenta; o diretor do serviço sanitário do Estado, Laudelino Gomes; o engenheiro do Estado, Jerônimo Fleury Curado; o oficial superior do exército, Cel. Antônio Pirineus de Souza; e os comerciantes Antônio Santana e Gumerindo Pereira (RIBEIRO, 2004, p. 27).

Os examinadores escolheram Campinas¹¹ que perdeu o *status* de município e transformou-se em bairro da nova capital, que foi levantada aos seus arredores, nas margens do córrego Botafogo, em terras formadas pelas fazendas Criméia, Vaca Brava e Botafogo (Figura 6).

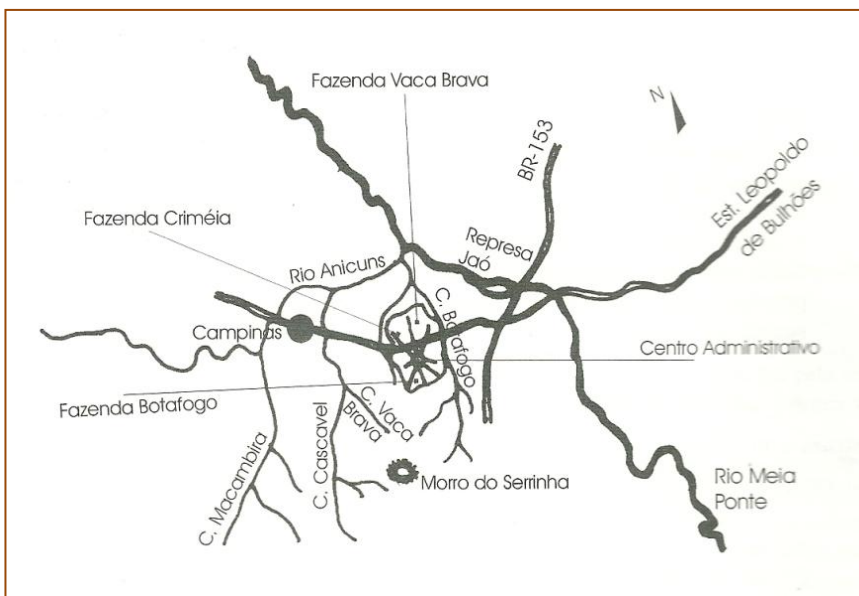


Fig. 6: Localização das cidades indicadas para sítio da nova capital.
Fonte: Ribeiro, 2004, p.28.

Uma vez tendo sido definido o sítio para a transição, era chegado o momento de dar-lhe um nome. Para isso foi realizado um concurso – Como se deve chamar a Nova Capital – lançado em 5 de outubro de 1933, pelo periódico *O Social*, de circulação na cidade de Goiás. Neste periódico foram divulgadas as principais escolhas, identificadas em três tendências, conforme destaca Mello (2006, p. 37)

[...] Uma que pretendia homenagear Pedro Ludovico, como Petrônia, Petrolândia. Outra que realçava a história da mineração: Bartolomeu Bueno, Buenópolis, Eldorado, Aurilândia. Uma terceira que enunciava a presença indígena: Tupirama, Marataira, Maraúba e, entre outras, Goiânia, que faz referência à tribo dos índios Goiá, e de onde se deriva Goiás. Assim, Goiás e Goiânia são nomes que, por similaridade, reforçam a noção de conjunto e de pertinência.

¹¹ Considerando que Campinas se acha situada no ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e as topografia das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótimas culturas todas cobertas com matas de superior qualidade o que enormemente facilitarão a construção da nova cidade, a sub-comissão é de parecer que a nova Capital seja construída em Campinas, nas proximidades da “Serrinha”, situada na direção azimutal de 130 graus, ou, em caso de urgência, em Bomfim (apud, RIBEIRO, 2004, p. 30).

O topônimo mais votado foi Petrônia – homenagem a Pedro Ludovico – mas, sem grandes explicações oferecidas por ele e, com apenas dois votos, Goiânia é oficialmente o nome escolhido e divulgado no Decreto nº 327 de 2 de agosto de 1935, em que se criava o município e sua comarca.

Alfredo de Castro, vencedor do concurso, usou o pseudônimo Caramuru Silva do Brasil, ocultando por quase uma década sua identidade. Teve a inspiração em um dos poemas de Manoel de Carvalho Ramos, escrito no final do século XIX, que retrata a saga dos índios caiapós; o poema é titulado *Goyania*. Ao se inscrever Alfredo de Castro fez a seguinte justificativa, que certamente contribuiu para a decisão de Pedro Ludovico Teixeira:

Haverá, é certo, copiosa lista de denominações para a nova *urbs*. Nenhuma, porém, conservará o sabor histórico, a cor local, o significado regional desta palavra, curta, sonora, que reflete com serenidade a ideia de nossa origem. A solução de continuidade histórica que adviria da imposição de um apelido, talvez interessante e valioso, sob vários aspectos, à mais importante cidade do Estado, não deixaria de arranhar, sequer de leve, o estranhado amor que devotamos ao culto sagrado das nossas tradições. GOIÂNIA – Nova Goiás, prolongamento da histórica Vila Boa, monumento grandioso que simbolizará a glória da origem de todos os goianos. Goiás, 10-10-33. Caramuru Silva do Brasil (QUINTELA e CASTRO, 2007).

Diante disto, é visível que a nova capital seria erguida com a força de um nome que não permitiria apagar o já construído. O Estado de Goiás, então representado pela capital Vila Boa, tem em Goiânia a perspectiva de um futuro promissor. Assim, o plano urbanístico precisaria evidenciar o objetivo pelo qual Goiânia foi idealizada; a modernidade, os ideais regionais e nacionais deveriam estar especialmente destacados nas ruas, praças e edificações.

No mesmo ano em que foi lançada sua pedra fundamental – 1933 – os primeiros traçados para a cidade foram idealizados por Atílio Corrêa Lima¹². O seu projeto não era de grande complexidade, em função da perspectiva de ocupação planejada para Goiânia, aproximadamente cinquenta mil pessoas. O grande destaque estava reservado para o centro cívico – abrigo da sede dos governos estadual e municipal e do centro administrativo.

Da praça central saíram traços radiais que delinearão as três principais avenidas – Araguaia, Goiás e Tocantins. Esse traçado, associado à topografia local, permitiu projetar o

¹² Atílio Corrêa Lima arquiteto formado pela Escola nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro e com mestrado no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (MELLO, 2006, p. 37).

Palácio do Governo – Palácio das Esmeraldas – na parte alta, sem muralhas naturais ou artificiais que pudessem impedir a ampla visão do sítio urbano. Mello (2006, p. 39) sublinha que “dessa forma, potencializava-se o sentido de ponto de culminância daquele edifício”.

Permitir que os olhos alcançassem a amplitude do sonho almejado, era proposta de Atílio. Assim disse:

Procuramos adotar o partido clássico de Versailles, Carlsruhe e Washington, genericamente chamamos de “Pate d’oie” pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado (evidentemente que guardando as devidas proporções) (apud MOYSÉS, 2004, p. 115).

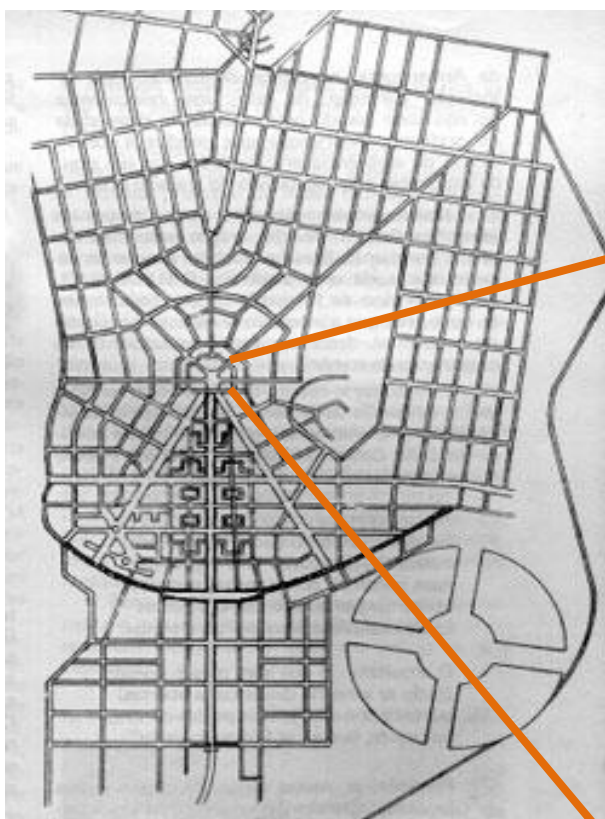


Fig. 7: Plano de Goiânia, projetado por Atílio Corrêa Lima. Disponível em:

<http://www2.ucg.br/arq2/urbano/5PlanoAttilio.htm>
(acesso em: 14/09/2011).

Fig. 8: Perspectiva da Praça Cívica

Disponível em:

<http://www2.ucg.br/arq2/urbano/5PlanoAttilio.htm>
(acesso em: 14/09/2011).

Fig. 9: Foto da Avenida Goiás (1942) que se estende diante do Palácio das Esmeraldas (Praça Cívica – destaque meu), sede do governo estadual. Apenas uns poucos prédios. Disponível em: www.ibge.gov.br/estadosat/ (acesso em 30/08/2011).



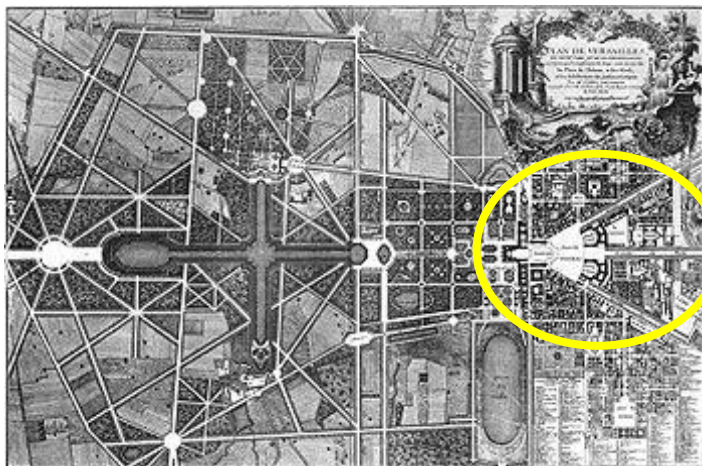


Fig. 10: Plano do Palácio de Versalhes e dos jardins, desenhado em 1746, pelo abade Delagrive, geógrafo da Cidade de Paris. Destaque (meu) para a área que inspirou o traçado monumental dado à Praça Cívica com as três principais avenidas radiais de Goiânia, no projeto de Atílio Corrêa Lima.

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_de_Versalhes (acesso em: 14/09/2011).

Fig. 11: Plano urbanístico da Cidade de Karlsruhe (1739) na Alemanha. Destaque para a praça central com suas ruas radiais, que como Versalhes inspirou o traçado dado à Praça Cívica e avenidas radiais de Goiânia.

Disponível em:

<http://w.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235> (acesso em: 17/09/2011).

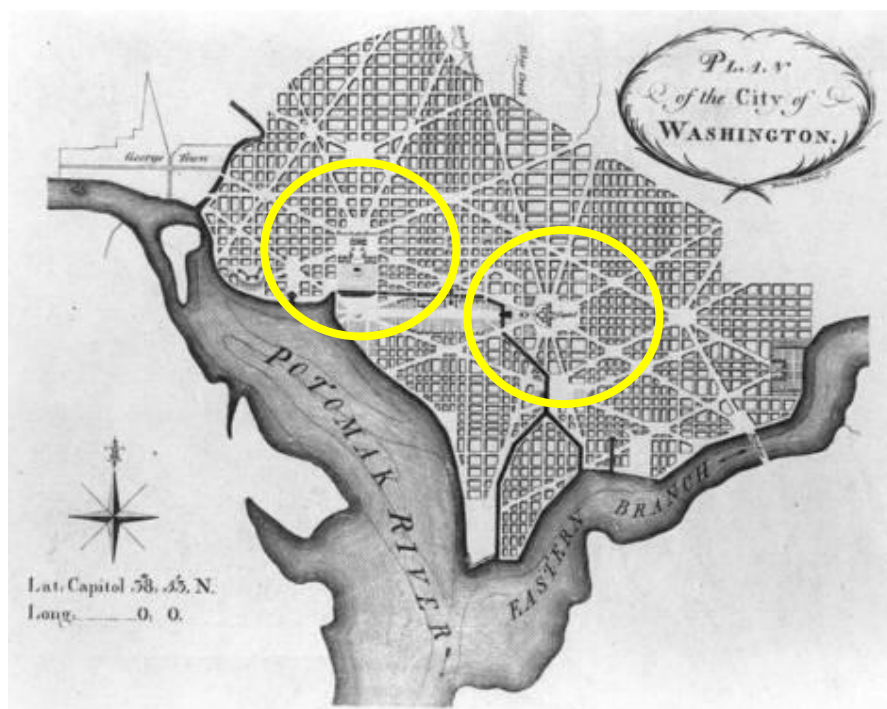


Fig. 12: O plano urbanístico da Cidade de Washington (1792) visa subordinar todos os pontos da cidade ao Capitólio (destaque da direita) e ao Palácio presidencial (destaque da esquerda). (Destaques meus) Atílio Corrêa Lima objetivou o mesmo ao traçar o lugar da praça que abrigaria o poder administrativo de Goiânia.

Disponível em:

http://wapedia.mobi/pt/Planeamento_urbano (acesso em: 17/09/2011).

Não há como negar, o traçado do núcleo central de Goiânia adquiriu a forma de “pé de pato” (Figura 13), assim, como as cidades que o inspirou possuem em comum a convergência de vias que marcam o “asterisco” (Figura 14). Mello (2006, p. 39) realça que tal inspiração corresponde a “uma fonte explicitamente barroca”¹³.

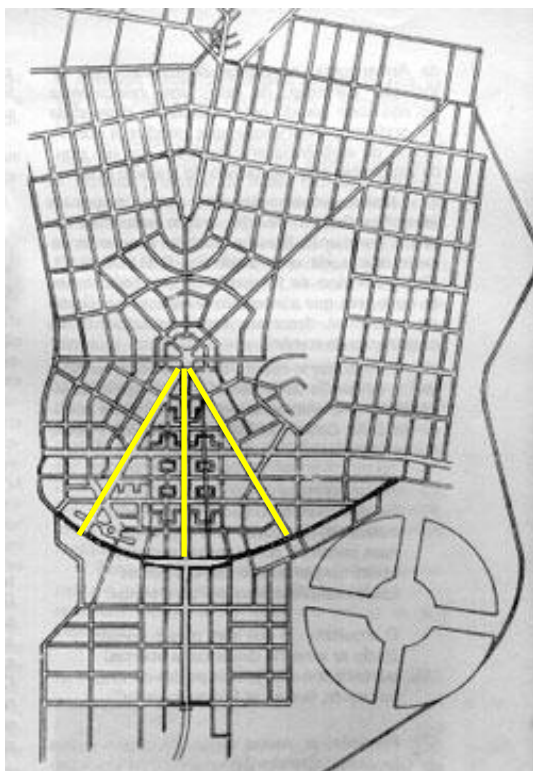


Fig. 13: Destaque para o “pé de pato” (adaptação) sobre o plano urbanístico de Goiânia elaborado por Atílio Corrêa Lima em 1933.

Plano urbanístico disponível em: <http://www2.ucg.br/arq2/urbano/5PlanoAtt>

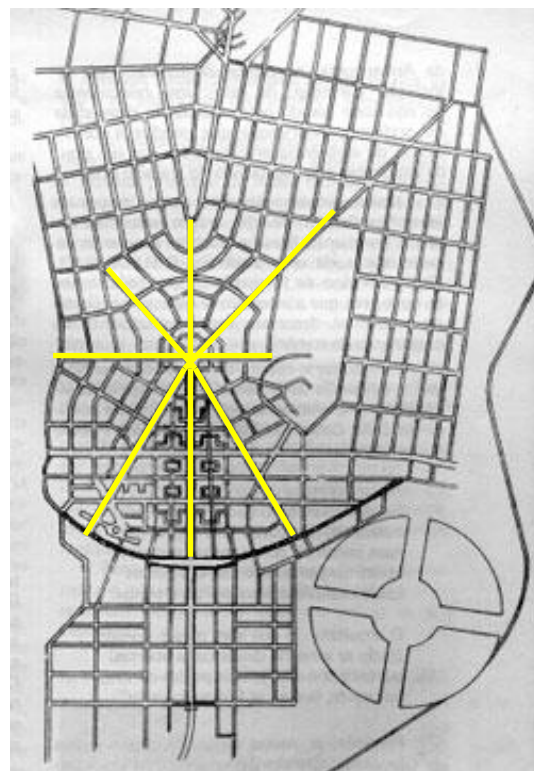


Fig. 14: Destaque para o asterisco (adaptação) sobre o plano urbanístico de Goiânia elaborado por Atílio Corrêa Lima em 1933.

Plano urbanístico disponível em: <http://www2.ucg.br/arq2/urbano/5PlanoAttlio.htm> (acesso em: 14/09/2011).

A concepção de modernidade dada a Goiânia, pelos traços de Atílio, por vezes pode ser incoerente, para um arquiteto à frente do movimento modernista, mas que tenha optado pelo estilo barroco. Mello (2006, p. 40) esclarece a situação ao registrar que

¹³ O urbanismo barroco destaca pelos princípios como: linha reta, a perspectiva monumental e uniformidade.

há resistências, ou mesmo um certo “pudor”, em se considerar a influência do urbanismo barroco no plano de Goiânia. [...] Elaborar um plano de inspiração barroca parecia contraditório para uma estrela do movimento que visava romper com os padrões do passado. O arquiteto, porém, era um adepto recente do modernismo [...].

Ao projetar a nova capital, Atílio destacou a logística de crescimento da cidade e a consequente valorização do terreno, assim como, a importância dada às reservas vegetais, que deveriam aguardar o momento ideal para o surgimento de parques e jardins que pudessem acolher as atividades esportivas e de lazer. O arquiteto e urbanista realçou em seus registros que

será inevitável, dentro em breve, a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. Logo que a cidade comece a demonstrar foros de progresso, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas consequências; muito contribuirão para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem bem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde possa a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos (apud MOYSÉS, 2004, p. 118).

Em 1935, após realização do contrato assinado em 1933 – criação do plano diretor da cidade – Atílio Corrêa Lima se afasta do projeto, motivado por problemas políticos e financeiros. Armando Augusto de Godoy, engenheiro da Prefeitura do Rio de Janeiro, assume o plano da nova capital – depois de firmar contrato com a empresa Coimbra-Bueno – atribuindo-lhe modificações significativas na parte sul da cidade. Em 1937 o lineamento reformulado do plano é definido. Mello (2006, p. 42) registra que Godoy manteve

o Núcleo Central e o Setor Norte do projeto original de Atílio, pois era tarde para mudanças, já que as obras em andamento se baseavam nesses projetos. As transformações pretendidas, porém, eram plenas de sentido, Godoy empenhou-se em um sonho: projetar e ver materializada uma cidade-jardim brasileira – Goiânia.

Godoy idealizou o Setor Sul (Figura 15) para que as áreas habitacionais comungassem com espaços de vizinhança. Mello (2006, p. 42) destaca que a inspiração foi adquirida após viagem de pesquisa em que a cidade estadunidense de Radburn (Nova Jersey) – construída em 1929 – o inspirou. O Setor Sul delinea o segundo núcleo de Goiânia.

[...] O bairro, de caráter residencial, era formado por inúmeros *cul de sacs*, ou vielas, como ficaram popularmente conhecidos, por onde se teria acesso motorizado ao fundo das residências que se voltariam para jardins internos destinados ao lazer e à convivência. Previa-se nesses recantos a construção de escolas e quadras esportivas (ibidem: 42).

A representação atribuída às unidades de vizinhanças – vielas – estava na criação de oportunidades para estreitar a convivência entre os moradores da redondeza. Convivência cada vez mais rara nos centros urbanos mais dinâmicos.

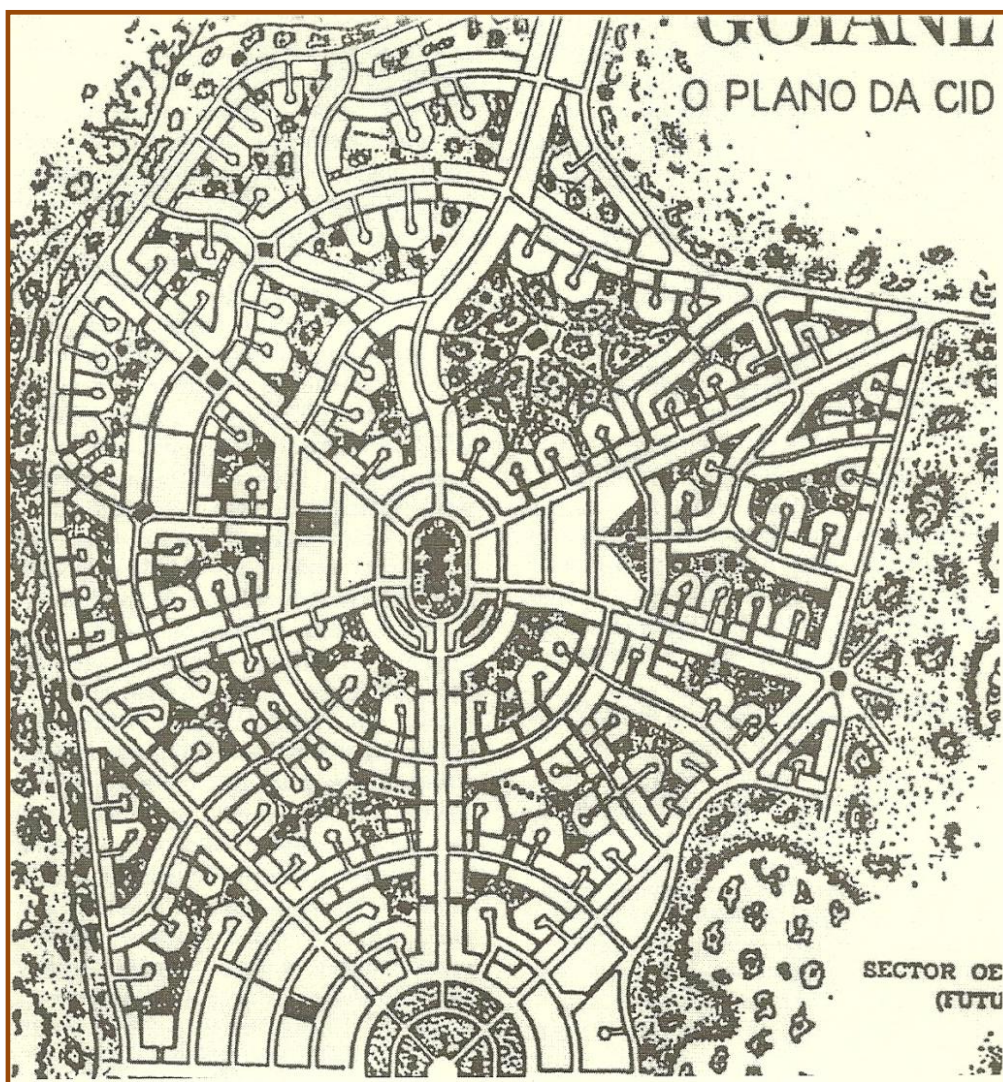


Fig. 15: Plano do Setor Sul elaborado por Armando de Godoy em 1937.
Fonte: Mello (2006, p. 43).

Impregnado pela idealização das cidades-jardins, Godoy traça um cinturão verde emoldurando a nova capital. Assim, estaria oferecendo ao urbano um estreitamento com os

ares do campo. A tentativa de Godoy logo se esbarrou na especulação pela venda de terras e interesses políticos, conforme alerta registrado por Atílio, que seria inevitável.

Ideais ficaram presos na utopia, a cidade-jardim não foi concretizada, o estreitamento entre vizinhos, na convivência dos espaços criados pelas vielas, não atingiu o imaginado. Mas, no sertão brotou uma nova capital que muitos sonhos concederam. Conforme registra o historiador Nasr Fayad Chaul ao referir que Goiânia é resultante da imaginação utópica:

Nesse emaranhado de ideias e ideais, a construção de utopias e edificação de cidades, projetando a vida e a visão de mundo dos homens, podemos ter uma noção desse imenso painel, no qual se situa a construção de capitais em vários centros do mundo, assim como em Estados brasileiros. Goiânia surgiu em decorrência de um longo processo histórico, integrador de memória e de utopia, de um povo e de um lugar (apud ROCHA, 2009, p. 24).

Nesse cenário de novas conquistas, Pedro Ludovico registrou seu contentamento ao destacar no desfecho de uma mensagem à nação: “A Ele, BRASIL, entrego um grande ideal que se tornou uma grande realidade – Goiânia”. Na íntegra a mensagem foi divulgada assim:

“Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado.
Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, capital de Goiaz.
Ao entregar à comunhão nacional a cidade cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro esplendoroso.
Tenho a honra de saudar, na pessoa do grande condutor, o Presidente Getúlio Vargas, o Brasil gigante e poderoso.
Saúdo a Amazônia, tão cheia de mistérios e tão rica de promessas; as terras dos palmares e babaçuais esplêndidos do Parnaíba longínquo.
Saúdo o nordeste, de atitudes heróicas e fecundadas ante as durezas do clima que o flagela; os Estados do leste, de riquezas tão numerosas e de um labor tão intenso, em benefício da economia nacional. Saúdo as terras dos vales históricos do Paraíba e do Tietê, onde vicejam os cafezais, os algodoais e tantas outras riquezas; as regiões admiráveis dos pinheirais paranaenses e catarinenses. Saúdo os pampas do sul, berço de heróis, celeiro do Brasil; as terras que, a leste e oeste de Goiaz, com ele se irmanam na grandeza das suas glebas, na variedade dos seus produtos e no toso, símbolo de pujança, dignidade e elevação moral.
A Ele, BRASIL, entrego um grande ideal que se tornou uma grande realidade – GOIÂNIA.”
Em 5 de Julho de 1942.

PEDRO LUDOVICO

(Disponível em: <http://omandabrasa.blogspot.com/2011/10/mensagem-ao-brasil.html> - Acesso em 09/12/2011).

Na memória de muitos, a imagem de Pedro Ludovico em seu cavalo, talhando caminhos pelo sertão goiano está viva e o remete a uma postura de herói, de autoridade, como uma figura emblemática que abriu espaço para a modernidade de Goiás. Essa imagem de Pedro Ludovico, o assemelha ao do governante do início da Europa moderna, como descreve Peter Burke (1989, p. 175):

A imagem do governante requer uma apresentação extensa, pois decerto revelaria as atitudes populares em relação à autoridade. Uma imagem comum é a do conquistador. O governante muitas vezes é descrito com adjetivos como “vitorioso”, “triunfante”, “glorioso” ou “invencível”, e retratado como uma figura a cavalo aos moldes de Alexandre, liderando um exército contra o inimigo [...].

Pedro Ludovico travou uma batalha para criar a nova capital do Estado. A batalha foi de ordem política e econômica, fazendo com que entre uma e outra dificuldade, planos fossem adaptados e o desafio de brotar a cidade no sertão fosse conquistado.

Goiânia surgiu como cidade moderna, sendo que à aparente utopia foram revelando-se traços de sua existência. A abordagem de Lima Filho, em relação à edificação da nova capital, demonstra a amplitude da consolidação do projeto político econômico que Pedro Ludovico Teixeira liderava. Resumidamente ele relata:

É nesse contexto que deve ser compreendida a construção de Goiânia, em 1933. Sua fundação, além de representar uma estratégia da política regional de Pedro Ludovico Teixeira contra a força política dos Caiados, da antiga capital de Goiás, reveste-se de um poderoso símbolo do governo federal a implementar definitivamente um programa para o Oeste. Goiânia era a primeira capital moderna do sertão. Ideia materializada por uma estátua do bandeirante Anhanguera mirando para o Oeste, numa praça central da cidade, por um monumento das Três Raças na Praça Cívica e finalmente, pelo nome Palácio das Esmeraldas, dado ao prédio central do Governo do Estado (2001, p.147).

A modernidade possível, para os moldes de Goiânia, ficou visivelmente presente nas técnicas usadas nas edificações, nos traçados do núcleo central e secundário. O sertão goiano foi abrilhantado com a nova capital, mas sem perder o jeito singular de ser, o que evidencia traços de sua história, registro do que foi vivido; pois, “o passado, o presente, o possível não se separam” (LEFEBVRE, 2006, p. 105).



Fig. 16: Primeira foto aérea de Goiânia – década de 1930. Disponível em: <http://cerradoilha.blogspot.com/> (acesso em 05/09/2011).



Fig. 17: Foto aérea de Goiânia (1954) visibiliza o preenchimento dos espaços projetados da cidade, após duas décadas. Disponível em: <http://cerradoilha.blogspot.com/> (acesso em 05/09/2011).

O tempo, as oportunidades intelectuais e funcionais foram dando novos ares ao cotidiano do goianiense, que na década de 1940 representava cinquenta mil habitantes – atendendo a meta de seu planejamento –. Quase oito décadas, após o lançamento da pedra fundamental, o ano de 2010 registrou 1.302.001 habitantes (IBGE).

Goiânia sai da utopia para uma metrópole. O urbano modernizou-se, praças encolheram para dar espaço aos eixos de circulação, bairros residenciais foram conquistando novos espaços; a dinâmica da cidade modificou a cotidianidade. A centralidade da cidade foi pulverizando os núcleos de decisão do poder político, administrativo e judiciário.

A cidade é em si uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este ‘real’ os homens constroem um sistema de ideias e imagens de representação coletiva, ou seja, através de discursos e imagens, o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória (PESAVENTO, 1997, p. 26).

Entre a Goiânia planejada e sua desenvoltura atual é possível identificar a origem de seus bairros, que foram delineados para dar visibilidade e funcionabilidade à cidade, tendo sido esboçada em cinco zonas – administrativa, comercial, industrial, residencial e rural – e cinco setores – central, norte, sul, oeste e leste. Contudo, a cidade alargou para áreas que ultrapassaram o padrão concêntrico da estrutura urbana. Sua expansão foi ao encontro dos interesses de investidores imobiliários, o que fez da estrutura urbana idealizada, um padrão não planejado.

Assim, para compreender a atual distribuição dos bairros de Goiânia, é importante voltar o olhar a algumas fases de desenvolvimento da cidade. Primeiramente a que refere à criação do espaço geográfico, que delineou os primeiros traçados para os diferentes lugares da cidade. Essa foi a fase compreendida entre o lançamento da pedra fundamental e 1950, período no qual o parcelamento do solo urbano estava sobre o domínio do Estado, que detinha o seu monopólio e o controle comercial, obedecendo ao plano original. A área urbanizada era restrita, sendo representada por Campinas e pelo Setor Central, alargando-se pelos Setores Sul, Oeste e Norte (local de concentração dos funcionários que trabalharam na construção da capital, o Bairro Popular). A mancha urbana ultrapassou o plano original ao se estender pelas margens do córrego Botafogo e Areião, invasões feitas por operários e que deram origem aos bairros Vila Nova e Nova Vila, sendo posteriormente legalizados. Era possível, também, identificar focos de povoamento nas

proximidades do córrego Capim Puba, que fugia totalmente do que foi idealizado pelos seus construtores.

Entre 1950 e 1968 registra-se a segunda fase de extensão da mancha urbana goianiense, com a aprovação do novo código de edificação da cidade, o parcelamento do solo fica ligado à iniciativa privada¹⁴. Moysés (2004, p. 109) destaca que esse período “é o início do crescimento desordenado da cidade, quando o Estado perde o controle da expansão para a iniciativa privada”. Assim, surgem novos loteamentos, cuja exigência estava em oferecer infraestrutura, como vias de acesso, água e luz. Período que marca a despreocupação com as restrições apresentadas no plano de construção da capital. O crescimento dos setores da cidade foi inconcebível; entre outros surgem os Setores Leste Universitário, Bueno e Jardim Guanabara.

No meio da década de 1950, a população da cidade chegava a 75 mil habitantes. Havia crescido cerca de 50% em relação ao início da década. Chegaria a 153 mil, em 1960. Vencendo o desafio das deficiências de infraestrutura, Goiânia experimenta crescimento em todas as áreas e as atividades da economia se fortalecem. O ritmo da construção civil e da incorporação imobiliária se acelera. Surgem edifícios nas Avenidas Anhanguera e Goiás. O setor de serviços, principalmente o comércio, começa a tomar a fisionomia que possui em centros como São Paulo, Rio e Belo Horizonte (ROCHA, 2009, p. 136).

A oportunidade econômica e de ocupação dos novos bairros mobilizou novas vertentes à moradia em Goiânia, marcando a fase compreendida entre 1968 até 1975, em que surgem os primeiros conjuntos habitacionais pela iniciativa dos financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e Companhia Habitacional (COHAB). Os edifícios de apartamentos surgem no centro da cidade.

Entre 1975 e fim da década de 1980¹⁵, a mancha urbana expande. A elite começa a deslocar-se das áreas centrais para novos setores, com edificações que atendessem as novas

¹⁴ Em 12 de maio de 1947, aprovou-se a Lei Municipal nº 574, o novo Código de Edificações de Goiânia. Abrangeria ele toda a legislação urbana, compreendendo a Lei de Zoneamento, a Lei de Loteamentos e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, e abria a permissão de aprovarem-se loteamentos feitos por particulares (RIBEIRO, 2004, p. 39).

¹⁵ Em 1975 é implantada uma nova Lei de Uso do Solo, elaborada por Jaime Lerner, que deu destaque ao sistema viário e ao transporte coletivo, valorizando também os conjuntos habitacionais. As áreas verdes e livres, contudo, ficaram reduzidas a um item de um artigo. Essa lei agravou, na prática, a vida urbana, liberando para altos índices os gabaritos de construção, provocando colapso em muitos lugares e bairros da cidade.

Em 1980, na tentativa de minimizar os efeitos da lei anterior, uma nova Lei de Uso do Solo de autoria de Lubomir Fisinski, impôs fortes restrições de usos em todas as áreas urbanas, com a finalidade de limitar e proibir os efeitos perniciosos da explosão demográfica, do crescimento desenfreado e da especulação

necessidades, como os edifícios de apartamentos com garagem. Essa é uma fase em que a visibilidade da segregação, relacionada ao espaço ocupacional, se destaca. Os bairros mais luxuosos ganham mais investimentos relacionados à infraestrutura, as classes de baixa renda ficam cada vez mais distantes da centralidade, áreas reservadas para a valorização imobiliária são criadas entre os novos loteamentos. Moysés (2004, p. 109) sublinha que “dada à pressão demográfica sobre a cidade, o planejamento da época passou a se ocupar dos transportes coletivos, da circulação, do lazer e do meio ambiente”.

Cavalcante (2001, p. 26) sinteticamente registra os desafios que a expansão da malha urbana foi apresentando, visto que

Já na década de 1940, Goiânia atingiu a população de 50 mil habitantes para a qual foi planejada e, desde cedo, foi se configurando no movimento contraditório da racionalidade dominante (a moderna e funcional) e das “contra-racionalidades dos excluídos”, tornando-a um espaço complexo, segregador, com problemas estruturais de serviços básicos e de habitação, enfim, um espaço que expressa a produção social com seus problemas e conquistas.

Na medida em que a cidade foi expandindo, as áreas verdes – que deram sentido ao seu planejamento urbanístico - foram sendo substituídas por edificações, que entre uma e outra Lei de Uso do Solo tentam rever paisagens naturais já comprimidas entre os bairros.

No fim da década de 1970 e início de 1980 a construção civil investe ainda mais na sofisticação dos edifícios de apartamentos, com grande destaque aos Setores Oeste, Marista e Bueno. A década de 1980 sente reflexos da crise econômica nacional – crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB) – afetando o setor da construção civil e investimentos imobiliários. Mesmo assim, novos projetos ofereciam apartamentos que, ao serem lançados, eram bem aceitos. O ritmo da construção civil caiu – se comparado aos anos anteriores – mas não parou. Esse período marcou, também, o setor comercial da cidade, que em 1981 inaugurou o primeiro *Shopping Center*, atraindo investimentos para novos setores residenciais em sua proximidade – oportunidade dada à especulação imobiliária.

A presença do *Shopping Center*, distante da área central, provocou o deslocamento comercial e transformou a funcionabilidade do centro da cidade, que

territorial. No entanto, ela foi sucessivamente modificada, não atingindo em parte seus objetivos. Essa lei voltou a dar ênfase à proteção das áreas verdes, apesar de, já nesse momento de desenvolvimento urbano da cidade, a condição fosse de recuperação e não de preservação, como faz entender o texto (RIBEIRO, 2004, p. 50).

[...] com a inauguração desse centro de compras e a implantação da lei de uso do solo de 1975, de autoria de Jaime Lerner, que resultou na transformação da Avenida Anhanguera em eixo de serviço e corredor de fluxo na direção leste-oeste, teve início a mudança mais radical do Centro de Goiânia, acelerada depois com a transformação da Avenida Goiás em eixo complementar de integração de transporte no sentido norte-sul. Essa mudança significou a substituição do comércio mais sofisticado pelo popular, a transformação dos canteiros da avenida em vasto calçadão, que, posteriormente, serviu para a instalação de barracas do comércio informal. A fisionomia peculiar de Goiânia, definida por suas referências urbanísticas iniciais, sofreu rápida alteração espelhando-se em São Paulo que, por sua vez, repetia a congestão de Manhattan (OLIVEIRA e PEIXOTO, 2009, p. 61).

Como reflexo da expansão dos edifícios de apartamentos, o Setor Bueno sofre radical transformação. Criado para área residencial, com estilo de habitação unifamiliar, lotes pequenos e ruas estreitas, rapidamente mudou sua paisagem. Brotaram edifícios residenciais como sementes selecionadas em jardim fecundo. O setor ganhou *status* no ramo, mesmo demonstrando sinais de problemas relacionados ao trânsito.

As últimas décadas projetaram Goiânia a um novo reordenamento funcional de seus bairros. O Setor Central, que desde a década de 1980, foi sinalizando transformações mais concretas – preferência dos estabelecimentos comerciais e bancários –, afastou funções relacionadas à sua origem, para o *Shopping Center* (comércio de elite) e para Campinas (comércio popular). A elite deslocou-se para o sul, sudoeste e oeste da cidade, enquanto os bairros com menor infraestrutura foram se ampliando em direção ao noroeste e nas proximidades do município de Aparecida de Goiânia.

[...] é possível constatar uma transformação, visível na paisagem urbana, da maior parte do centro mais antigo da cidade, que perde importância como área de concentração de comércio e serviços mais especializados e sofisticados. Estas atividades tendem a se concentrar na região sul/sudeste da cidade, principalmente nos setores Bela Vista, Marista, Sul, Oeste e Bueno. Essa é uma área tradicionalmente residencial que vem sofrendo reestruturação e pode ser considerada como expansão do centro original. A região sul/sudeste da malha urbana de Goiânia tem sido apontada como área de concentração das classes média e alta, configurando-se como zona nobre da cidade em contraste com a região noroeste, considerada como área habitada pela população mais pobre da cidade. Não há uma separação absoluta do local de residência das diferentes classes sociais em Goiânia, mas já é bastante nítida a tendência de aglomeração de uma mesma classe numa determinada região, o que tem sido estudado como processo de segregação sócio-espacial no urbano (CAVALCANTE, 2001, p. 27 e 29).

O *boom* da verticalização das moradias ainda é uma realidade que contempla o sonho de vários goianienses, que também estão receptíveis ao movimento do Novo

Urbanismo¹⁶ – os condomínios horizontais fechados – que chegou como alternativa para aqueles que possuem condição financeira, capaz de sustentar o sonho do “paraíso”. A década de 1970 marcou o início, ainda que tímido, do novo conceito de moradia horizontal; ampliando-se na década de 1990 e visivelmente, mais intensamente, na de 2000. Tais condomínios começaram a pontilhar novos espaços, expandindo ainda mais a malha urbana da cidade para o sudoeste e sudeste. Eles representam um grande contraste na periferia da cidade – até então formada por zonas de pobreza –, por serem erguidos, amparados por ampla infraestrutura e isolados por suas muralhas de segurança.

A presença de grandes vazios, entre as áreas de concentração urbana e as dos condomínios horizontais fechados, vão além da oferta habitacional e ambiental. Nas entrelinhas há o interesse das incorporadoras imobiliárias no processo de valorização do solo não ocupado.

Atualmente há mais de 400 bairros distribuídos na área urbana de Goiânia, que com dinamismo diferenciado contribuem com o processo evolutivo da cidade. Há os que foram cuidadosamente planejados, outros que foram modificados, aqueles que nasceram de invasões e foram legalizados, há ainda os que ocupam a esfera dos sonhos. Conhecer a formação embrionária de uma cidade e levantar fases de seu crescimento possibilita perceber que

a cidade é um museu aberto da história de sua sociedade. O lugar onde convivem o passado, o presente e o futuro. [...] Por esta razão, a cidade, mesmo com milênios, é culturalmente contemporânea. Abriga um acervo sedimentado e uma cultura dinâmica em permanente desenvolvimento (CASÉ, 2000, p. 62).

A cidade deve ser compreendida no entrelaçamento das várias ciências, que objetivam perceber a relação entre os homens e estes com o espaço geográfico, percebendo, ainda, a sua escrita que mesmo no presente registra seu passado e foca o futuro, pois,

[...] Pode-se estudar uma cidade sob um número de ângulo infinito. O da história: “a história universal é história de cidades”, disse Spengler; o da geografia: “a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos”, afirma Vidal de la Blache; o da economia: “em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu

¹⁶ O movimento do Novo Urbanismo nasceu nos Estados Unidos na década de 1980, que entre outras características objetiva criar vizinhança segura e com qualidade de vida; preocupa-se com o projeto urbanístico (design), o ambiente e a habitação.

independentemente do comércio e da indústria” (Pirenne); o da política: a cidade, segundo Aristóteles, é um certo número de cidadãos; o da sociologia: “a cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada” (Mumford); o da arte e arquitetura: “a grandeza da arquitetura está ligada à da cidade, e a solidez das instituições costuma avaliar-se pela dos muros que as protegem” (Alberti). [...] (GOITIA, 1996, p. 7).

A leitura que as cidades propõem – em particular a cidade de Goiânia, objeto do presente estudo – possibilita relacionar a paisagem ao urbano e identificar estruturas que influenciam a criação de um *habitus* próprio, formador de novas organizações culturais, como o bairro e a vizinhança que o compõem. Alinhadas, verticalmente ou horizontalmente, constroem novas sociabilidades, resultantes das formas de viver e conviver, criadas entre paredes e muros, presentes em tais espaços.

CAPÍTULO 3

ILHAS MURADAS: ENTRE ESPAÇOS DE PROTEÇÃO E SEGREGAÇÃO

“Antes de construir um muro pergunto sempre, quem estou murando e quem estou deixando de fora.” (Robert Frost)¹⁷

O terceiro capítulo visa ilustrar o novo perfil que a periferia de Goiânia está adquirindo, na medida em que deixa de ser o lugar apenas dos excluídos socioeconomicamente e mescla, em sua paisagem, novos lugares que permeiam a esfera dos sonhos e das sombras, com a presença dos condomínios horizontais fechados (CHF).

Goiânia – o sonho continua – cidade idealizada juntamente com o movimento de modernização nacional, expandiu-se para além dos seus limites iniciais. A cidade se transformou em metrópole e como resultado da ausência de eficaz política pública, amplia a atuação da força de ação das incorporadoras imobiliárias – a capital goiana esbarra nos limites dos municípios que a orlam –; instalando-se, assim, a conurbação¹⁸.

O estreitamento dos limites físicos de Goiânia ocorre no sentido sul – BR-153 e GO-040 – demonstrando o estágio avançado da conurbação com Aparecida de Goiânia. Seguindo o sentido leste, Goiânia apresenta vestígios de conurbação com Senador Canedo, a oeste com Trindade e a noroeste com Goianira.

O crescimento horizontal da cidade ocorreu de forma desordenada, apresentando evidências de segregações espaciais, que a princípio destacavam bairros habitados por parcela da população socioeconomicamente menos favorecida. Tais bairros – legalizados ou não – evidenciam os desajustes da estrutura urbana, sentida na carência dos recursos

¹⁷ Robert Lee Frost (26 de março de 1874 a 29 de janeiro de 1963) grande poeta estadunidense do século XX.

¹⁸ A cidade diante de seu desenvolvimento vai construindo várias centralidades. Há várias áreas que são recorridas como centro comercial, educacional, bancário, empregatício, assim, as centralidades vão ampliando em uma mesma área urbana.

básicos como rede de transporte, asfalto, coleta de esgoto e lixo, água tratada, postos de saúde e centros educacionais. Historicamente, esses bairros são reconhecidos como a periferia urbana, a área dos excluídos da centralidade¹⁹.

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas. (CASTELLS, 1983, p. 249).

Com relação à diferenciação de espaços residenciais, que modelam a periferia de Goiânia, destacam-se os CHFs (Figura 18), como uma nova proposta de moradia, ao oferecer a possibilidades de conciliar segurança, conforto, funcionalidade e contato mais próximo com o meio natural [em um espaço urbanizado]. Tais condomínios representam paisagens que distam da vizinhança, na proporção em que as estruturas físicas e sociais registram desigualdades.

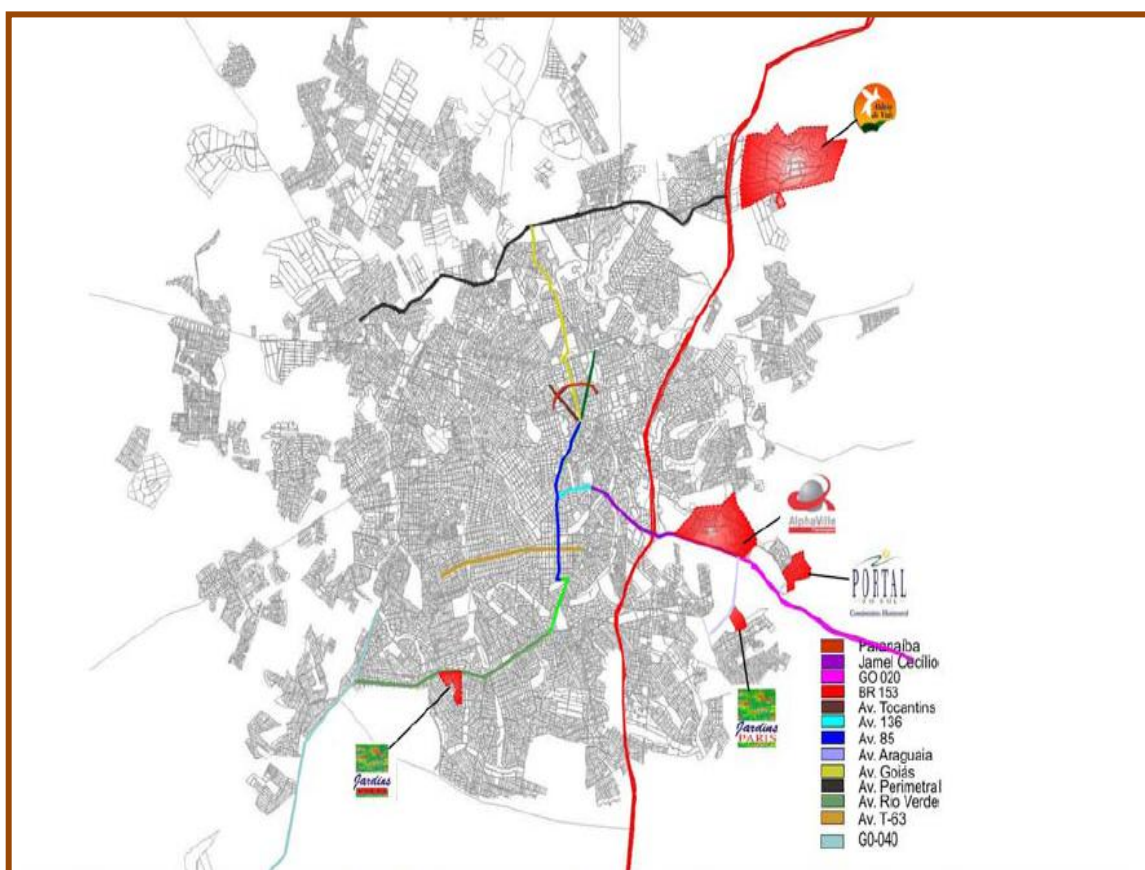


Fig. 18: Localização de alguns condomínios horizontais que orlam a cidade de Goiânia.
Fonte: Campos, 2007, p. 84.

¹⁹ Extensa área urbana decorrente do encontro ou junção da área urbana de duas ou mais cidades.

Os CHFs surgem como arquétipo de sobreposições de estruturas – econômicas (especulação imobiliária) que brotam como base, sendo acrescentadas pelas estruturas sociais (afinidades e obrigações) e culturais (resultado das relações sociais). Os condomínios representam espaços gestores de novas sociabilidades, uma nova cultura de conviver, resultante de tais estruturas.

O espaço físico dos condomínios dá o suporte para o espaço social, originando um *habitus* privado e formador de novas organizações culturais, resultado de relações dialéticas entre a exterioridade e interioridade, que tais espaços produzem. Desse modo, a forma e o conteúdo constroem, são construídos ou mesmo reconstruídos ao longo da história; revelando as relações de produção da sociedade – suas crenças, valores e sentimentos, que direta ou indiretamente, ficam registrados no imaginário e nas paisagens que compõem a urbe.

O sonho de morar em um lugar seguro – ilhas muradas – não deixa de estar ligado às suas sombras, o seu lado menos encantador. Pois, o preço da segurança ocupa espaços que ultrapassam o financeiro, ao atingir esferas como a da vizinhança, da segregação e do distanciamento, em meio a outros marasmos que rondam os lugares dos condomínios, na proporção em que, os muros espaçam quem está dentro das estruturas externas.

3.1 Acesso restrito: entre o medieval e a modernidade

A cidade do presente cresceu em altura e largura; a linha do horizonte foi se dilatando para acolhê-la. Nessa amplitude urbana estão presentes sonhos e tormentas, atribuídos à vida em sociedade. A busca por lugares que possam representar comedimento na urbe é objetivo de muitos, embora seja a realidade de poucos.

Conforme já mencionado “a sociedade urbana se forma enquanto se procura” (LEFEBVRE, 2001, p. VII). Essa procura alimenta a dinâmica citadina, em que vários questionamentos rondam o imaginário social, tais como: Há lugar protegido na cidade? É possível circular com liberdade pelas ruas da cidade? A vizinhança transmite segurança?

A resposta para tais indagações está relacionada ao nível de insegurança que o urbano possui, em relação aos espaços de convivência na cidade. Como tentativa de encontrar o lugar ideal surgem os condomínios, que se iniciaram na proposta vertical e

agora são apresentados no modelo horizontal. Estruturas fechadas que chegam como possibilidade de moradia segura.

Os condomínios horizontais fechados caracterizam-se por planos urbanísticos de uso residencial e se fundem no tripé – casa própria, autoconstrução e loteamento periférico, resultante da divisão de uma gleba que, ao acolher a função residencial, possui áreas de circulação, áreas verdes e de lazer, privativas àqueles que os habitam.

Os lugares internos de uso comum são privativos – jardinagem, praças, lagos, bosques, ruas, entre outros – e conservados por seus moradores, que participam do pagamento da taxa condominial, mensalmente. Assim, todos os proprietários, além de suas residências, são donos dos lugares comuns ao condomínio.

Deste modo, a proposta de viver em espaços cuidadosamente planejados para acolher, aproximar do natural em meio ao urbano, dar segurança e espaço de convivência social e lazer, é a realização do sonho de muitos. Essa estrutura ao ser amparada pelos muros que as rodeiam não deixa de voltar o olhar ao modelo de cidade medieval, às fortificações que controlavam o fluxo de entrada ao espaço de sua proteção, mediante encargos atribuídos aos que optavam pela estrutura oferecida pela cidade (Figura 19). Moysés e Bernardes (2005, p. 194) sublinham que

Nos dias atuais observamos o uso de artifícios medievais, como retorno de muros altos, lanças, fossos, guaritas com guardas armados. Essas formas de segurança reaparecem associadas a processos modernos de monitoramento por meio de circuito fechado de câmeras [...] e sensores de infravermelhos, que circundam os muros de edifícios e casa, potencializando a extensão do olhar humano, configurando formas específicas de controle social e perda de cidadania.

A muralha definiu o espaço de várias cidades medievais, o que lhe atribuiu a imagem de lugar de proteção, assim, “a cidade aspira à segurança [...] é fonte de idealização: a de uma convivência harmoniosa entre classes” (LE GOFF, 1998, p. 71). “As cidades são, portanto, uma revolução, porque, como já se disse, sua aparência torna os homens livres e iguais, mesmo que a realidade, com frequência, permaneça longe do ideal” (ibidem: 91). Esse ideal aproxima a cidade medieval à proposta dos condomínios horizontais fechados, diante da possibilidade de adquirir um lugar seguro, em que seus moradores possam viver (nos espaços internos) em liberdade.



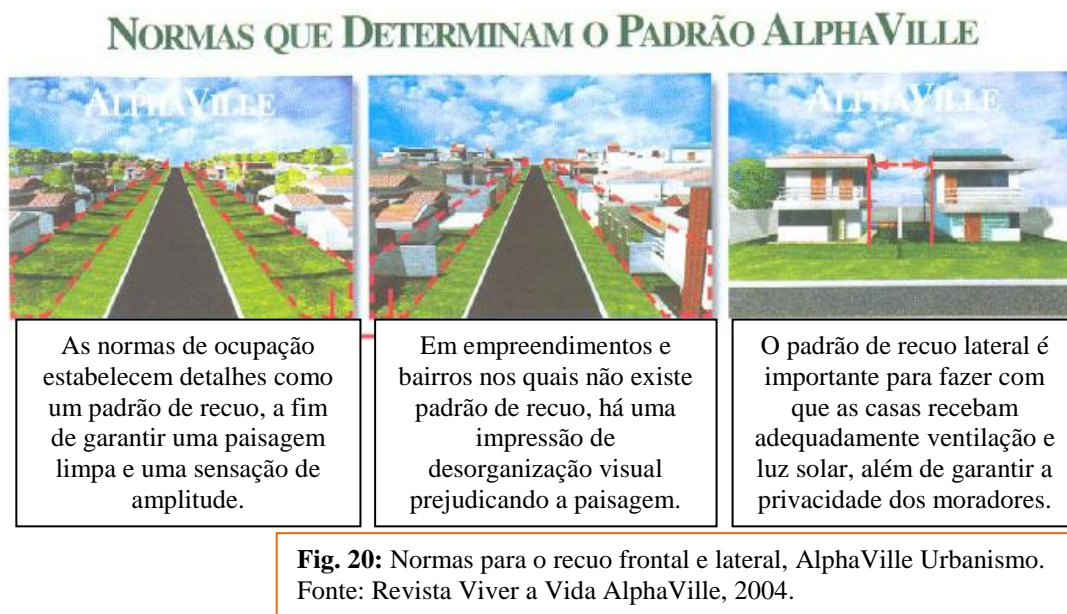
Fig. 19: Muros que cercam o condomínio AlphaVille Flamboyant.
Foto de Aroldo Costa Oliveira.
Disponível em:
<http://www.moon25.com/poland/1252058-goi-nia-e-seus-contrastes-por-v-rios-fot-grafos.html> (acesso em: 18/11/2011).

A estrutura interna do condomínio é cercada por muros, com apenas um acesso de entrada e saída, monitorado por uma portaria que permite a livre circulação dos moradores, enquanto os visitantes devem identificar-se e ter permissão confirmada pelo residente, para que possa adentrar além da muralha.

O recinto murado não só dava proteção contra as invasões exteriores: tinha uma nova função política, pois revelou-se um instrumento de dois gumes. Invertendo o antigo precedente da cidade, a muralha podia ser usada para manter a liberdade no interior. Por meio da muralha, uma pequena cidade, outrora inerte ante mesmo uma pequena força armada, tornava-se uma fortaleza. As pessoas afluíam a tais abençoadas ilhas de paz, assim como originalmente tinham-se submetido, em desespero, aos bandidos feudais, tornando-se seus vassalos e servos, em troca de um pouco de terra e segurança [...] (MUMFORD, 1998, p. 275).

A segurança é símbolo atribuído aos condomínios horizontais, que são compostos por residências unifamiliares de baixo gabarito – térreas ou assobradadas – e devem seguir o padrão aprovado pelo regimento interno (ver exemplo na figura 20). Podem ser classificados como: condomínios de casas prontas – quando são edificadas antes da venda de cada unidade – identificados como condomínios residenciais seriados – e os

condomínios de lotes – quando o próprio morador edifica o seu lote, seguindo as normas internas. Esse último atende ao tripé em que os CHFs se fundam.



O primeiro CHF a ser implantado no Brasil foi o *AlphaVille* – São Paulo, 1975 – que, rapidamente, teve aceitação e seu modelo ganhou outros espaços nacionais. Esse é um condomínio de alto padrão, portanto, restrito a parcela da população com referenciais socioeconômicos que distam da grande maioria da população brasileira. Goiânia foi uma das cidades que acolheu o modelo *AlphaVille*, que em 2001 lança o complexo Flamboyant. Mas, o goianiense inicia a experiência de viver e/ou conviver com esse novo jeito de morar, desde 1978.

A partir do final da década de 1970, ampliando na década de 1990 e mais intensamente na década de 2000, os CHFs ganham espaço na tessitura de Goiânia, alargando a mancha urbana que, no período compreendido entre 1978 e 2005, instalou 16 CHFs (Figura 21), sendo eles: Privê Atlântico (1978); Jardins Viena (1995); Jardins Florença (1997); Aldeia do Vale (1997); Residencial *Granville* (1998); Jardins Madri (2000); Jardins Mônaco (2000); Portal do Sol I (2001); Complexo *AlphaVille* Flamboyant – etapas: Residencial Cruzeiro do Sul, Residencial Goiás e Residencial dos Ipês (2001); Portal do Sol II (2002); Jardins Paris (2003); Jardins Atenas (2003); Residencial Araguaia (2004); Goiânia Golf *Residence* (2005); Jardins Milão (2005) e Condomínio do Lago (2005).

LOCALIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM GOIÂNIA

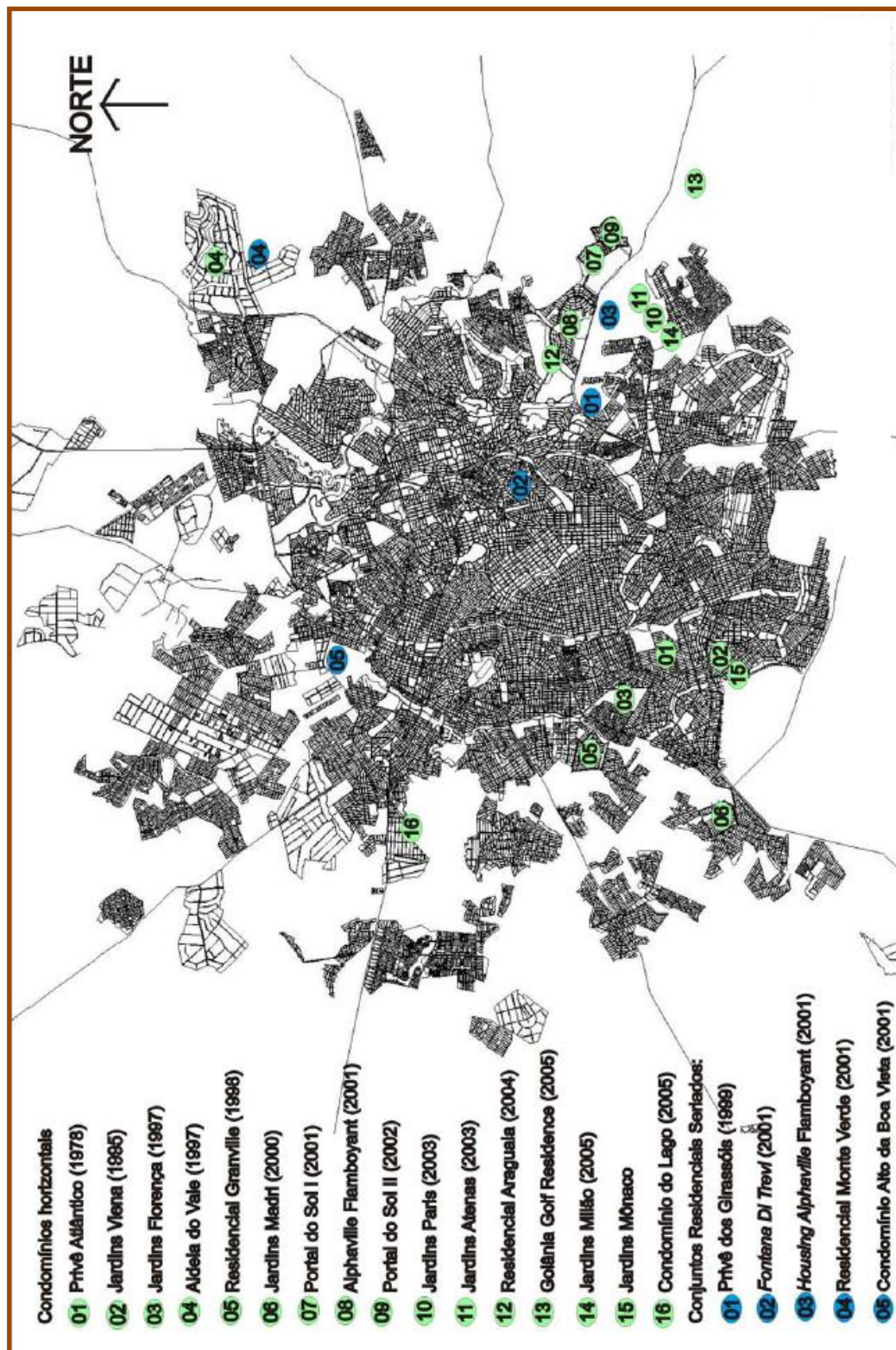


Fig. 21: Localização dos condomínios horizontais fechados em Goiânia.
 Fonte:Secretaria de Planejamento Municipal – SEPLAM, 2006.

Em função da crescente expansão dos CHFs, estes têm sido analisados como mais uma problemática ambiental, pois não existem leis específicas para a sua aprovação. Fica a critério de cada município, aprová-los ou não, ao plano urbanístico da cidade.

Parece contraditório associar tais condomínios a problemas ambientais, quando os mesmos oferecem a proposta de viver com mais qualidade, sendo que entre as possibilidades está a proximidade com os elementos do meio natural. Contudo, não podemos descartar os impactos que trazem para a implantação. A problemática ambiental não pode ser desprezada.

Na medida em que são lançados os condomínios horizontais, há um movimento de deslocamento de parcela dos habitantes, que não possuem estrutura financeira para arcar com o ônus atribuído ao lugar de moradia. Assim, paisagens naturais acabam sendo abafadas por novos loteamentos, que nem sempre são legalizados.

O modelo apresentado pelos condomínios horizontais provoca o afastamento da centralidade inicial da cidade, para inserir a parcela da população que, por opção, escolheu o novo jeito de morar.

Assim, é permitido indagar se há similaridade entre os habitantes da cidade medieval e os novos habitantes da urbe. Em alguns aspectos pode ser que sim, conforme sublinha Le Goff (2008, p. 110):

Os habitantes da cidade medieval, o senhor diz, aspiram à justiça. Tem-se a impressão de que os habitantes da cidade contemporânea aspiram antes à injustiça. Eles querem, em primeiro lugar, não ser incomodados por um vizinho diferente e perturbador, que o morador do centro da cidade teria tendência a rechaçar para mais longe e que, o do subúrbio, por sua vez, privilegiado afastaria para uma periferia mais ingrata, como uma carta de baralho que se passa de mão em mão. Há uma representação da cidade radicalmente distinta entre a época contemporânea e a época medieval?

Nessa perspectiva não é possível negar que o espaço urbano sempre privilegiou aqueles capazes de manter os encargos, associados às benfeitorias atribuídas aos lugares de moradia, trabalho e lazer. Ter a opção de escolher entre a centralidade e a periferia²⁰ é privilégio de poucos, da mesma forma que é para poucos ter a vizinhança selecionada que, por sua vez, aproxima padrões socioeconômicos. Essa é uma questão mais ampla e merece maiores esclarecimentos, que serão abordados ainda neste capítulo.

²⁰ O termo periferia está empregado no sentido de limite do espaço urbano.

3.2 Vendem-se sonhos

A concentração dos CHFs está próxima aos pontos de conurbação de Goiânia, em lugares distantes dos principais centros funcionais da cidade. Fruto da especulação imobiliária, eles chegaram para preencher espaços desocupados, fundos de vale e terrenos ladeados pela tradicional periferia urbana.

Tendo como grande destaque os vazios em relação às edificações, as incorporadoras imobiliárias, destacam os espaços verdes como *marketing* para o empreendimento; apresentando-os como um diferencial para a qualidade no quesito moradia.

As propagandas ganham visibilidade e o encantamento de muitos. Selecionam o que é singular e o que adere a vontade de vivenciar outros padrões de moradia urbana.

Desde sua origem, a cidade de Goiânia, como tantas outras, usa o recurso da propaganda para vender sonhos. A figura 22 mostra a possibilidade de enriquecimento rápido, associado à proposta de viver em uma cidade, que surge nos moldes da modernidade.



Fig. 22: Cartaz publicitário anunciando a venda de lotes em Goiânia, à época de sua construção. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiano> (acesso em 25/08/2011).

Do mesmo modo, a propaganda dos CHFs, em suas diferentes roupagens, conquista novos moradores que, rapidamente, adquirem lugares na gleba, que é apresentada como uma ilha de sonhos – fisicamente cercada e paisagisticamente bem servida pela flora e fauna – que a distingue do exterior.

Visando a compreensão de que é possível conceber a cidade, harmonicamente interligada à paisagem natural, os empreendimentos imobiliários destacam que os CHFs – microcosmos – representam um território controlado e cuja paisagem natural, também está sob controle. No trecho a seguir, Ribeiro (2004, p. 132) destaca o quão é importante para a sociedade ter em evidência, na paisagem urbana, o natural.

[...] projetar ou planejar uma cidade é intervir em uma paisagem e em uma sociedade. E isso só é feito com um mínimo de possibilidades de acerto se forem compreendidas todas as estruturas físicas, geológicas, políticas, econômicas e sociais que a compõem. O método aplicado e as formas escolhidas são apenas o “desenho urbano”, que não é o menos importante, mas que é o resultado de uma intervenção maior com a qual a sociedade só é capaz de interagir se compreender o seu contexto. Nessa relação, há ainda outra interação que não pode ser posta de lado: a da paisagem urbana com a paisagem que recebe a natureza, sua forma principal de vida. É preciso, portanto, trabalhar essa aparente dicotomia – desenvolvimento urbano e preservação ambiental – buscando um equilíbrio, um fiel para balança.

Com grande ênfase para a sustentabilidade planetária, em destaque desde a década de 1970, a humanidade sonha em viver em desenvolvimento, juntamente com a saúde ambiental. A sustentabilidade, em relação ao ambiente em que vivemos é um dos fundamentos do *marketing* das incorporadoras imobiliárias.

Olha só a alegria de quem vive esse *show*

Essa é a escolha de quem sabe viver

Aqui é o lugar de sonhar

É você mais perto da natureza

A natureza no seu quintal

Esse seria um poema caso não fossem *slogans* divulgados nas diferentes mídias, que encantam e sugerem a realização de sonhos. As chamadas, enlevam desejos que

parecem estar ao alcance, quando apresentadas junto a cenários acolhedores. Assim os *slogans* foram divulgados



Fig. 23: Chamada de divulgação no *site* da FGR, condomínio Jardins Madri.
Fonte: www.fgr.com.br

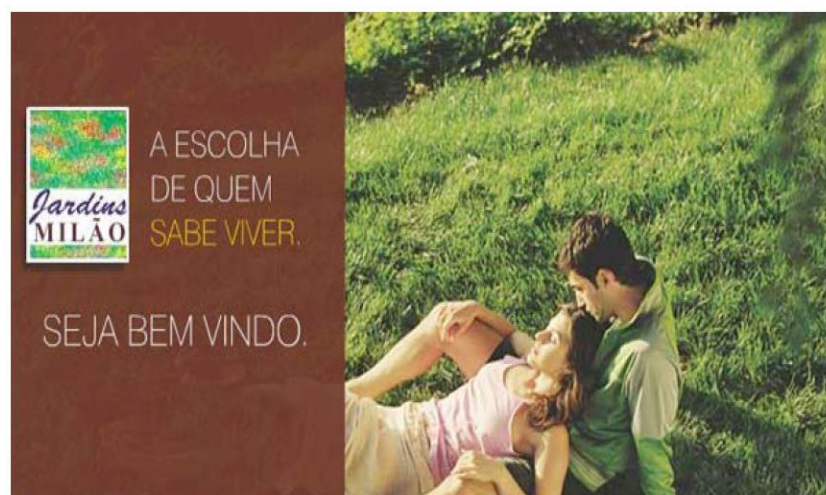


Fig. 24: Folder de divulgação do condomínio Jardins Milão.
Fonte: Acervo de morador do condomínio.

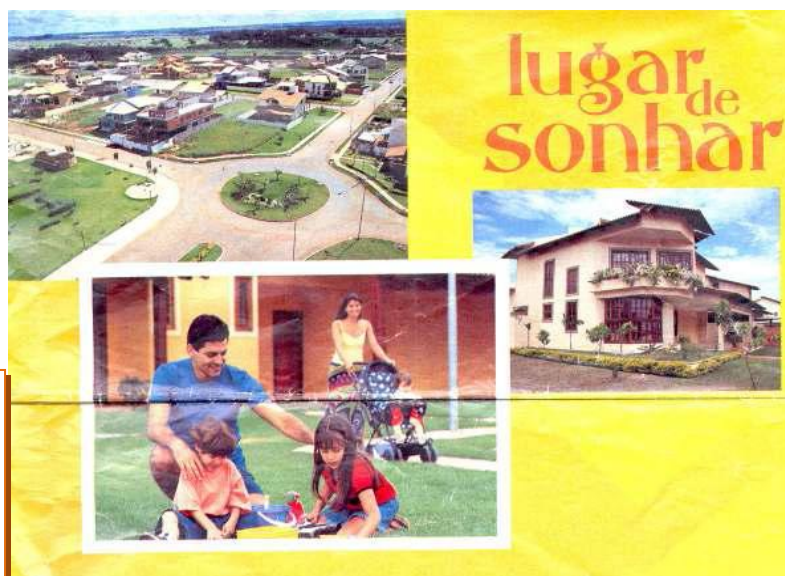


Fig. 25: Folder de divulgação do Condomínio Residencial Granville – destaca a amplitude do lugar e a harmonia familiar.
Fonte: Acervo de morador.



Fig. 26: Logomarca e slogan do condomínio Aldeia do Vale, veiculados no *site*.
Fonte: www.aldeiadovalegyn.com.br



Fig. 27: Chamada de divulgação no *site* da FGR, condomínio Jardins Paris.
Fonte: www.fgr.com.br

A estratégia de *marketing* lida com sensações e desejos, como a possibilidade de estar próximo à natureza, dar liberdade de circulação às crianças, dentre outros anseios humanos. É, por exemplo, “o estilo Jardins de viver”, em que a FGR apresenta como filosofia:

Missão: Criar empreendimentos imobiliários que valorizam o desenvolvimento urbano planejado, o meio ambiente e a vida em comunidade [...].

Visão: [...] criar produtos inovadores e sustentáveis que proporcionem viver em equilíbrio, valorizando a vida comunitária e o meio ambiente, gerando riquezas com responsabilidade.

Meio Ambiente: Os Condomínios Horizontais JARDINS são planejados em locais onde não há poluição visual. E para completar, todos os JARDINS têm abundantes áreas verdes, com belíssimos projetos de arborização e paisagismo. [...] Estar com a família dar liberdade aos filhos e estar em contato com a natureza. Por isso a diferença entre morar e viver está nos pequenos detalhes [...].

Segurança: [...] Todos os condomínios têm portaria com entradas social e serviço separadas, equipe de segurança altamente treinada, capacitada com carros e motos. É toda uma estrutura de segurança, para os moradores viverem da melhor forma que existe: com liberdade!

(Veiculado no *site*: <http://www.fgr.com.br/site/fgr/quem-somos/filosofia-fgr/>).

À exemplo da expansão, que o mercado imobiliário goianiense vem atingindo, o jornal O Popular de 05 de fevereiro de 2012, traz como manchete: Novas “cidades” na Grande Goiânia. O trecho que segue chama atenção para o volume financeiro que um dos investimentos envolverá:

Este ano, ainda, R\$ 20 milhões serão investidos pela Tropical Empreendimentos, a Leonardo Rizzo e a Masb para garantir as obras de infraestrutura para o relançamento da 2ª etapa do condomínio Portal do Sol Green, na saída para Bela Vista. Serão 200 lotes, de no mínimo 500 metros quadrados, ao custo de cerca de R\$ 450,00 o metro quadrado, que serão localizados ao redor do campo de golf, do Goiânia Golf Clube.

O condomínio horizontal mencionado traz como *marketing* divulgações que propõem o convite para uma verdadeira mudança, no conceito de moradia, conforme as figuras 28 - 31.

Quando você chega ao condomínio Portal do Sol Green tem logo a sensação de estar num paraíso. A começar pela entrada. Observando a topografia, a infraestrutura e a beleza do lugar, com certeza você vai se apaixonar e despertar seu sonho de morar bem, com todo conforto e comodidade. Reserve um espaço na sua agenda, pegue sua família e visite o Portal do Sol Green. No mínimo, você vai sair de lá com a impressão de que alguma coisa na sua vida mudou para melhor. Ou vai mudar.

AMOR A PRIMEIRA VISTA

Quando você chega ao condomínio Portal do Sol Green tem logo a sensação de estar num paraíso. A começar pela entrada. Observando a topografia, a infraestrutura e a beleza do lugar, com certeza você vai se apaixonar e despertar seu sonho de morar bem, com todo conforto e comodidade. Reserve um espaço na sua agenda, pegue sua família e visite o Portal do Sol Green. No mínimo, você vai sair de lá com a impressão de que alguma coisa na sua vida mudou para melhor. Ou vai mudar.

O SEU MUNDO É VERDE.

VOCE SEGURO. SUA FAMÍLIA, PROTEGIDA.

Totalmente cercado, 2 portarias de segurança, controle de entrada e saída, acesso de serviço independente. É assim que você e sua família vão viver no Portal do Sol Green, com toda tranquilidade.

Portaria de Segurança 1 Portaria de Segurança 2 Portaria de Segurança 3

Totalmente cercado, 3 portarias de segurança, controle de entrada e saída, acesso de serviço independente. É assim que você e sua família vão viver no Portal do Sol Green, com toda tranquilidade.

Fig. 28: Folder de divulgação do condomínio Portal do Sol Green.

Fonte: <http://goiania.olx.com.br/portal-do-sol-green-iid-206326285> (acesso em 05/02/2012)



Fig. 29: Espaço de lazer do Portal do Sol Green.
 Fonte: <http://goiania.olx.com.br/portal-do-sol-green-iid-206326285>
 (acesso em 05/02/2012)



Fig. 30: Imagem de divulgação do condomínio Portal do Sol Green.
 Fonte: <http://goiania.olx.com.br/portal-do-sol-green-iid-206326285>
 (acesso em 05/02/2012)



Fig. 31: Folder de divulgação do condomínio Portal do Sol Green.
 Fonte: <http://goiania.olx.com.br/portal-do-sol-green-iid-206326285>
 (acesso em 05/02/2012)

A exposição dada à imagem dos condomínios possibilita a incorporação dos mesmos, antes da convivência em tais espaços, que são anunciados como produto que induz a uma padronização ao novo estilo de viver urbano. Em uma das propagandas divulgadas pelo complexo Jardins (Figura 32), é possível identificar a conotação dada ao modelo padronizado, em que todos usam frases e conceitos semelhantes, para dar credibilidade e aceitação ao provável investimento.

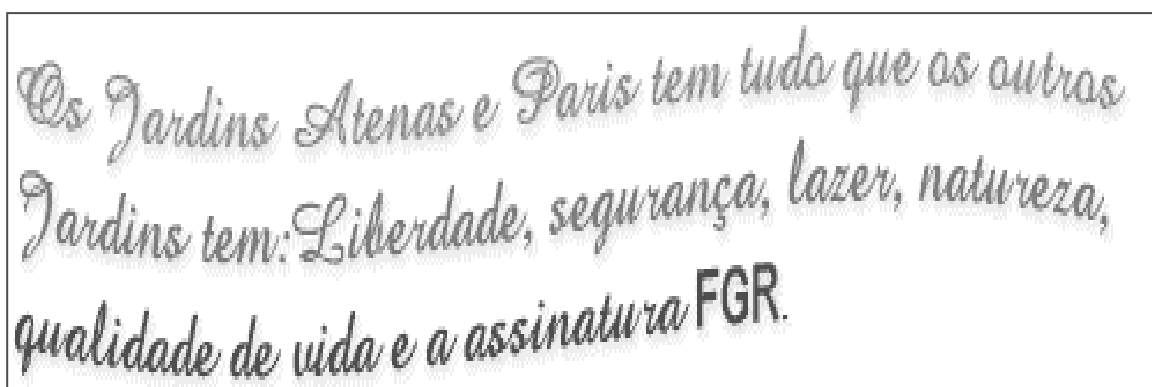


Fig. 32: Propaganda de divulgação dos condomínios Jardins Atenas e Paris.
Fonte: www.jardinsparisatenas.com.br/fgr.asp (acesso em 09/06/2010).

Se há aceitação, pelo morador, da imagem transmitida pelo *marketing* e absorção do conjunto de seu significado, é possível que a mesma seja projetada para o espaço real. A percepção inicial – o encantamento – pode não ser o mesmo, partindo do princípio de que o espaço de moradia é preenchido por valores pessoais. A vivência, em tais espaços, passa a abonar as qualidades atribuídas pelo *marketing* ou não.

Caldeira (2000, p. 265) ao ponderar sobre o uso da imagem dos condomínios horizontais, como estratégia de mercado, sublinha que “os anúncios apresentam a imagem de ilhas, para as quais se pode retornar todos os dias, para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais”.

Em suma, os sonhos a serem vendidos – acessos restritos ao movimento da cidade – representam aspirações humanas intrínsecas ao plano utópico urbano, em que o risco está na padronização de homens, de necessidades e de paisagens que, como o movimento da onda, pode ser repetido em novos espaços.

3.3 Entre o medo e o sonho

É natural do ser humano buscar seus sonhos; para uns podem ser simples, enquanto que, para muitos, representam uma vida ligada ao trabalho incessante. A casa própria é o sonho de muitos brasileiros e alcançá-lo nem sempre é possível.

Direcionados por essa busca acabam por gerar disparidades no jeito de morar, pois, a privatização da moradia motiva o surgimento dos opostos, representados pela desapropriação, afastamento e mesmo a desumanização. De tal modo, a cidade reúne os “diferentes” e os “iguais”, na medida em que cada grupo se adéque aos padrões financeiros necessários, para se manter no lugar de moradia, resultando na criação de distintas centralidades.

Essa é uma realidade pertinente ao processo de desenvolvimento das cidades, independente do momento histórico a que foram concebidas. Le Goff (2008, p. 110) pontua a esse respeito que:

[...] Há bairros pobres, há bairros ricos e prestigiados, há bairros modestos. É um zoneamento, diríamos hoje, assinado pelas diferenças nos preços dos terrenos. [...] quanto mais próximos do centro, mais caros são os terrenos; é isso. Alguns centros secundários desempenham igualmente um papel acelerador dos preços [...].

A cidade centraliza suas criações e essas, buscam nutrir o sonho que o urbano carrega em si. Assim, as relações entre os “diferentes” e os “iguais” caracterizam a essência urbana, corroborada pela visão de Lefebvre (2006, p. 60) quando cita que “a cidade se manifesta como um grupo de grupos”. Sendo assim os contrários convivem no dinamismo que a cidade constitui e se afastam nos lugares de habitar, confraternizar e compartilhar, o que os tornam “iguais”.

Para Lefebvre (2006), a identidade urbana pode ser percebida em duas ações caracterizadas pelas *isotopias* (do geral ao mais singular), ou seja, das instituições – sistema de produção – para a vida cotidiana, expressada no trabalho, lazer, na ocupação do espaço. A segunda ação parte da observação dos elementos e significações, atribuídos à cotidianidade urbana, que projeta o geral. Sendo a identidade urbana a caracterização de contrários, a *isotopia* determina a própria exclusão, percebida como *heterotopias* – sistemas secundários – o lugar do outro, percepção das desigualdades sociais resultantes do

poder, dos signos e significados, atribuídos ao e pelo urbano. Dessa relação geral o movimento social distingue a vida urbana.

[...] No plano específico, os espaços também podem ser classificados conforme esse critério da isotopia-heterotopia, constituindo a cidade inteira a isotopia mais ampla, que engloba as outras, ou antes que se sobrepõe às outras (aos subconjuntos espaciais ao mesmo tempo subordinados e constituintes). Uma tal classificação por oposições não poderia excluir a análise dos níveis, nem a do movimento de conjunto com seus aspectos conflitantes (relações de classes, entre outras) (LEFEBVRE, 2006, p. 61).

As relações de classes nos espaços urbanos têm sinalizado o surgimento de grandes problemas, dentre eles é possível, de maneira simplificada, destacar a carência do poder público no que diz respeito à moradia, ao sistema de saúde, ao transporte, à educação, a socialização dos “diferentes”. Assim, a falta de uma eficaz política pública, aliada ao *status*, acaba por alimentar o interesse pela proposta dos condomínios horizontais, o que resulta em um processo de autossegregação, dos que desejam e podem habitar tais espaços. O isolamento surge, pela incapacidade do poder público em conduzir políticas de integração social, assim como, em intervir para harmonizar o crescimento demográfico urbano.

Caldeira (2000) destaca que o deslocamento de parte da população economicamente privilegiada, para áreas distantes da centralidade urbana é reflexo do medo do crime, que induz as pessoas a buscarem formas de moradias mais seguras. Ao mesmo tempo em que aumenta a proximidade espacial entre ricos e pobres – na periferia da urbe –, há ausência de meios que, efetivamente, os relacionem; a desigualdade passa a ser mais evidente e hostil. Caminho para ampliar a tensão, o medo, o ressentimento entre classes e a redução da tolerância, direcionando, ainda, à falta de interesse pela busca em comum de soluções para problemas urbanos.

Uma cidade menos segregada e menos desigual que propiciasse interações mais vivas e intensas entre indivíduos diferentes abrigaria indivíduos muito mais seguros e plenos do que uma cidade com muros, fortificações, aparatos tecnológicos e segurança privada (GOMES, 2011, p.3).

O isolamento proporciona o distanciar, a passos mais largos, entre a parcela de mais alto poder aquisitivo, da parcela mais pobre da cidade. Esse distanciar ultrapassa o espaço de moradia, de vizinhança, chega a atingir os diferentes campos de convivência nos

espaços abertos da cidade. Há vestígios, nessa situação, da formação de uma nova sociabilidade, entre os que internamente ocupam os espaços cercados pelas muralhas. A tendência está no agrupamento dos “iguais”.

Como observa Lojkine (1997) ao identificar três tipos de segregação social e espacial que visibiliza interesses urbanos entre classes; percebidas no:

- nível de habitação, uma relação entre centro e periferia;
- nível de equipamentos coletivos, tais como creches, escolas, atividades esportivas, sociais entre outros, visibiliza o “subequipamento” dos bairros operários que se opõem ao “superequipamento” dos burgueses;
- nível de transporte domicílio-trabalho, em que o operariado enfrenta o caos em relação ao transporte público em contraponto ao transporte particular dos mais privilegiados economicamente.

Villaça (2003, p. 2) ilustra o terceiro nível de segregação apresentado por Lojkine, abordando a questão da acessibilidade, ao sublinhar que “[...] uns têm os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis, entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano”. A questão reporta às disparidades vivenciadas pelos distintos grupos segregados, em que o deslocamento envolve maior ou menor disponibilidade de tempo e condições, o que irá interferir nas horas de descanso diário – horas de reposição das forças físicas e emocionais – para a jornada do dia seguinte.

No entanto, a segregação ainda pode ser distinguida entre a involuntária (exclusão) e a voluntária (autossegregação). No caso da segregação voluntária, o sujeito procura habitar e ou conviver junto aos de sua classe, enquanto que, na segregação involuntária, o sujeito é segregado contra a sua vontade, ou seja, há falta de opção.

No caso dos condomínios horizontais identifica-se o modelo de segregação voluntária, em que o sujeito optou pelo afastamento, em relação à moradia e aos espaços de convivência.

Historicamente, o modelo centro-periferia visibilizava o poder aquisitivo dos que habitavam o centro, os economicamente mais influentes, dos da periferia, a pobreza urbana. A nova periferia não simboliza somente a pobreza, essa é uma periferia que mescla espaços de alto padrão de moradia, com áreas que aguardam a valorização imobiliária e bairros com baixa infraestrutura. Mas, as paisagens não se misturam, pode ser pelo simples olhar térreo ou aéreo, o padrão de moradia difere tais espaços.

Logo, a relação centro-periferia já não pode ser observada pela sua homogeneidade em função de sua diversidade de ocupação. Caldeira (2000) sublinha que uma das explicações para esse contexto é o reflexo do processo de democratização brasileira, que projetou nos fins da década de 1970 uma maior assistência estrutural à periferia, aliada a regularização de moradias e serviços públicos. O resultado de tais medidas valorizou as áreas periféricas e despertou o interesse da classe média por tais espaços. O aumento dos custos, em função dos benefícios, não pôde ser arcado por parcela dos antigos habitantes da periferia, que se vêem coagidos a se deslocarem para áreas mais baratas e irregulares. A elite centralizada optou por um caminho semelhante, perante a desvalorização das áreas centrais da cidade, ambicionando habitar espaços mais afastados, porém equipados de infraestrutura e que possibilitem qualidade de vida, bem como segurança. Nessa análise, Caldeira destaca a autossegregação instalada nos “enclaves fortificados”.

A paisagem que se vê do exterior dos condomínios horizontais exige o exercício que alonga o olhar. Os olhos percorrem um extenso caminho – o muro – e estacionam na portaria, uma das marcas do condomínio; ali está à simbologia de um novo conceito de morar. A intenção do olhar está em ultrapassar o que o limita, pois o muro, mesmo estático, restringe quem de fora está a imaginar o seu interior, a vida de sonhos – utopias – que pode ser realizada (ou não) por quem no sonho pode investir.

Pois, os espaços fortificados presentes na periferia são privatizados, murados e monitorados; ingredientes fundamentais da segregação voluntária, movida pelo medo em relação à criminalidade, embora os medos urbanos estejam ligados a um grupo mais complexo de fenômenos que transpõem os registros criminais. A sensação de insegurança gera a opção pelo afastamento dos espaços de livre acesso e circulação, típicos da vida urbana.

O distanciar dos espaços públicos, espaços abertos da cidade, portanto, igualitários, reforça a segregação entre os grupos sociais; o isolamento induz a convivência entre iguais, uns por opção outros pela situação criada. Assim, institui restrições entre manifestações dos contrastes, surgem práticas de segregação e de homogeneização da vida cotidiana.

[...] vale salientar que “medos urbanos” denotam sensações de medo que os indivíduos tendem a relacionar à vida na cidade. Medos cujas causas são reputadas à cidade e ao futuro incerto da vida nela. Essa definição é pautada na percepção dos indivíduos que veem a cidade, ou muitos de seus espaços, como lugar de perigo. Os “medos urbanos” são aventados como uma sensação típica do cotidiano das grandes cidades contemporâneas. Esses afetos mediam as classificações e buscam

justificar o distanciamento e isolamento de indivíduos e grupos como meios de se livrar das incertezas (CAMARGO, 2011, p. 20).

Em entrevista ao Jornal O Popular, Jean Carlos Gomes, integrante do Observatório das Metrôpoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao ser questionado se os medos urbanos estão ligados ao movimento de segregação social, responde:

Os estudos dos medos urbanos busca abrir uma outra chave explicativa que leve em consideração o processo de privatização de espaços da cidade – do qual os condomínios horizontais são bons exemplos. Quando eu usei a expressão medos urbanos queria, com isso, denotar sensações de medo que os indivíduos tendem a relacionar à vida na cidade. Descrevi essa definição a partir da percepção de indivíduos que entrevistei para minha pesquisa com os habitantes de Brasília que viam a cidade, ou muitos de seus espaços físicos, como lugares perigosos. Sentimentos a partir dos quais muitos moradores de Brasília buscam justificar o distanciamento e o isolamento de indivíduos e grupos como meios de se livrarem das incertezas. Procurei desviar-me um pouco do argumento da violência urbana, porque embora pareça uma das justificativas possíveis para as medidas de distanciamento e de segregação entre classes no espaço urbano, tal argumento encobre muitas vezes outros processos, como de classificação, distinção e segregação social (Gomes, 2011, p. 3).

Gomes dá continuidade à entrevista, destacando que os medos urbanos estão relacionados às experiências individuais e que, por sua vez, ocorrem em diferentes espaços da cidade. Ou seja, o medo caracteriza sensações experimentadas individualmente, mas que, quando admitido por um grande número de indivíduos projeta transformações na imagem que se dá ao espaço físico, construído e vivido, que projeta uma nova classificação, favorável ou não, aos espaços urbanos. “Os medos urbanos produzem representações e participam da dinâmica de classificação de espaços e pessoas. Classificar faz parte da dinâmica de categorização e segregação do espaço urbano e das pessoas que o habitam” (GOMES, 2011, p. 3).

Os medos urbanos geram inseguranças que devem ser sanadas; sair dessa fragilidade é o objetivo de qualquer sujeito. Contudo, os sujeitos que se sentem ameaçados são indivíduos que vivem em sociedade, sendo assim, a esperança que alguns irão encontrar são nos espaços fortificados, originando a criação de um mundo social idílico. Caldeira (2000) alerta que o isolamento, a fuga da centralidade da cidade, está sendo um sinalizador de valorização e não mais uma punição; ou seja, é o surgimento de um novo estilo de vida, aquele que nega a cidade.

“Goiânia mudou sim por conta da violência, isso é fato. Mas, por aqui, tem valores e modelos que são simplesmente copiados, não há reflexão

sobre eles. As pessoas não foram morar nos condomínios horizontais apenas por causa da violência. Até porque a sensação de segurança lá dentro é falsa. No condomínio também tem bandido e não tem polícia. Na verdade, o movimento foi um modismo, uma cópia do modelo norte-americano dos anos 1960 [...]” (DINIZ, 2011).

A moradia nos espaços fortificados caracteriza o isolamento voluntário, que em muitos casos foi justificado pelo medo, o que gerou visivelmente a segregação de classes, tangendo a legislação. Assim, Eda Góes (2009, p.171) destaca esse conflito:

Não há sutileza nesses casos, mas sim uma exacerbação interna de práticas de controle e regulação presentes na cidade, sem, no entanto, preocupação com o respaldo da legislação. Como tal legislação é fruto de pactos e relações políticas historicamente produzidas, esses também são negados pelos seus moradores.

Assim, chegamos a uma das características principais, talvez, a mais central dos novos *habitats* fechados, a contraditória incorporação de um dos traços centrais das cidades contemporâneas – a inevitável e problemática presença cotidiana dos trabalhadores pobres – porém, controlada por mecanismos pautados na discriminação que ferem os princípios básicos da Constituição Brasileira. A presença dos muros e o próprio desejo de separação assumem, dessa perspectiva, outro significado, cujas implicações políticas para a cidade e a sociedade não podem ser desprezadas.

Nesse sentido, o debate amplia sua complexidade ao esbarrar na legislação brasileira, no que se refere ao direito de ir e vir. Na medida em que os trabalhadores, que ocupam cargos nos espaços internos aos condomínios, são obrigados a identificação diária, bem como ter acesso pela portaria de serviço. Mais uma vez caracteriza a classificação entre “iguais”, mesmo que os diferentes socioeconomicamente tenham que circular, em horários determinados pelos seus empregadores, nos lugares que compõem o condomínio.

Não há como negar que a modificação nos padrões do habitar está condicionada a um mecanismo global. Ribeiro (2005) enfatiza que as razões macro-estruturais são condizentes à globalização, que induz os novos paradigmas às políticas urbanas, aliando a um reordenamento da economia na medida em que direciona a concentração de renda e investimentos. O resultado está na polarização da estrutura social metropolitana, ao promover o esvaziamento habitacional das áreas centrais, para atender a emergência de novas dinâmicas imobiliárias, que apresentam como carro chefe, a inclusão dos enclaves fortificados.

A procura pelos CHFs também deve ser compreendida por outro viés. É importante identificar que há moradores que buscam (re)viver sensações que ocupam a esfera do

imaginário, que vai de contraponto aos conflitos urbanos, como medo, violência, falta de liberdade e insegurança, que os espaços livres da cidade podem gerar. Deste modo, há os que relacionam os condomínios à “volta ao campo”, a tranquilidade que os lugares, distantes dos centros mais dinâmicos da cidade, podem oferecer. As chamadas publicitárias dos condomínios passam a imagem desse desejo, ao ofertar a possibilidade de viver em contato com a natureza, mas com o conforto que a cidade pode oferecer.

A intenção de viver na cidade e em contato com a natureza, bem como, fazer parte do cotidiano que algumas cidades possuem, como: caminhar pelas ruas, praças, sentar próximo a calçada e conversar com os vizinhos é uma maneira de tentar recuperar hábitos saudáveis e típicos do interior. No entanto, as características atribuídas aos novos tempos, que exigem entre outras situações o convívio com o imediatismo, determinado pelo trabalho e demais compromissos, impossibilitam a possível “volta ao campo”, levando-se em conta que mesmo que esteja presente no imaginário, não irá ocorrer nas devidas proporções e sensações que a história humana experimentou.

Mas, é de bom tom lembrar que, esse modelo de convivência atribuído ao espaço de moradia, foi idealizado por Augusto de Godoy ao projetar o Setor Sul [Goiânia], espelhando-se nas cidades-jardins, em que as vielas do setor representariam unidades de convivência entre a vizinhança. Mello (2006, p. 45) traz a recordação de que

embora Godoy não tenha tido a chance de constituir o seu plano por meio de um planejamento mais abrangente que contasse com a participação e o esclarecimento dos moradores, sua intenção era conciliadora para uma cidade que nasceu sob a oposição cidade-sertão. Noutras palavras, a fórmula cidade-jardim fazia uma ponte entre a cidade e o campo, podendo tornar o processo de urbanização de Goiânia menos devastador. Assim, pela sensível ideia do engenheiro, poder-se-ia ter experimentado uma assimilação mais suave da experiência de se viver em uma capital “moderna”.

Se a proposta de Godoy tivesse sido compreendida, portanto, experimentada, da mesma forma se as áreas que representariam os cinturões verdes da cidade estivessem sido implantadas, na proporção do planejado, certamente o goianiense teria uma experiência que seria próxima a algumas das propostas dos CHFs. Essa experiência estaria no enredo da história de Goiânia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como surge a cidade? Surge no nada e representa tudo.

Representa a obra da sociedade que perfaz os caminhos da história, de maneira ininterrupta. Em outras palavras, a cidade simboliza as escritas da sociedade, em sobreposição às paisagens naturais.

Nesse sentido, o tempo e o espaço urbanos se constroem, na medida em que as representações dadas à cidade ultrapassam a linguagem e se transformam em prática, o que possibilita dar sentido ao mundo.

A percepção de mundo é diversificada, pois as manifestações sociais resultam em representações no espaço geográfico e que, por sua vez, recebem a influência da mentalidade local. Assim, as cidades foram surgindo, delimitando espaços, construindo diferentes lugares em que o imaginário social pudesse registrar a sua singularidade, a sua identidade, portanto, a sua história.

Nessa abordagem é possível destacar a idealização dada à cidade de Goiânia, concebida para ser a nova capital do estado de Goiás; brotando para representar determinações políticas e desenvolvimento econômico local, com respaldo nacional.

Indo ao encontro dos ideais modernistas, a cidade não tinha nome e nem forma. Mas, no decorrer de sua conquista, entre intervenções e decretos, foi pensada, nomeada e delineada em pleno sertão goiano. Diga-se que, na época de sua fundação (1933) o sertão simbolizava o lugar impenetrável. Mas, foi nesse cenário de difícil acesso e de inúmeros obstáculos que a vontade humana, [representada pelos ideais políticos, liderados por Pedro Ludovico Teixeira] foi mais intensa do que a força do lugar.

O tempo e as técnicas foram dando visibilidade à cidade. Goiânia expandiu-se rapidamente. Ao seu planejamento inicial foram se anexando novas formas, resultado da transferência do parcelamento do solo, que até 1950, estava sobre o controle do Estado e passa para a iniciativa privada.

Na década de 1970, o espaço urbano de Goiânia recebe o respaldo de um novo Plano Diretor. O parcelamento do solo eleva o valor do lote, ficando inviável a aquisição a preços mais acessíveis. É nesse caminhar que há o deslocamento de cidadãos, para áreas

mais distantes da centralidade. Mas, há obstáculos para a fixação, pois entre a centralidade e a periferia, espaços vazios foram reservados para a valorização imobiliária. Assim, ampliam-se os loteamentos clandestinos, por parte daqueles que não podiam arcar com o ônus dos loteamentos legalizados e que, por sua vez, somam-se os impostos pagos pelos proprietários.

Na proporção em que benefícios são atribuídos a infraestrutura de áreas mais afastadas da centralidade, o valor do lote, bem como dos encargos a ele somados, dispersa cada vez mais a população periférica, para áreas ainda mais distantes. Assim sendo, a mancha urbana vai atingindo limites de outros municípios.

É nesse cenário que surge uma nova proposta de morar em Goiânia, apresentada pelas incorporadoras imobiliárias, por meio dos condomínios horizontais fechados. Lugares privilegiados pela infraestrutura, que distam da centralidade urbana, mas, que geram a formação de novas centralidades, ao elevarem o valor do metro quadrado, acolhido pelos muros que os separam da vizinhança, menos favorecida pelas estruturas urbanas e financeiras.

Os condomínios horizontais estão traçando um novo conceito para a periferia urbana, que historicamente é a área dos excluídos da centralidade. Os que habitam os condomínios são cidadãos de médio a alto padrão socioeconômico, portanto, ocupam a periferia por opção. Tal opção pode ser caracterizada pela autossegregação, justificada pelo medo que os espaços livres da cidade podem representar, pela prevenção em relação à violência urbana, ou mesmo pela imagem campestre, que tais espaços projetam.

Os muros dos condomínios fisicamente o estão orlando. Mas há elementos invisíveis presentes no significado a eles atribuídos. Os muros retêm quem neles adentram, mas ao mesmo tempo os livram de indesejáveis vizinhanças. Pois, nos espaços internos estão os “iguais”, que não estão enclausurados, uma vez que o controle está na entrada aos condomínios e não na saída.

É possível destacar outros elementos invisíveis – porém perceptíveis – associados aos CHFs. A adaptação é um desses elementos, os condôminos têm que adequar-se às estruturas e normas pertinentes aos enclaves fortificados. Assim como, programar a rotina diária que deve manter a residência abastecida com os produtos de sua necessidade, pois, as áreas comerciais distam dos espaços de moradia. É necessário adaptar-se, também, às distâncias em relação aos lugares de trabalho, estudo e lazer (fora do condomínio), pois ir

ao trabalho, ao centro educacional, ao cinema, ao teatro ou outros lugares de interesses, irá exigir tempo de deslocamento.

Elementos invisíveis, também podem ser notados, quanto ao processo de negação à cidade, representado pela fuga dos espaços livres da cidade. Os espaços fortificados negam o direito à cidade, na medida em que não é o poder público que oferece a segurança aos seus moradores, sendo realizada pela iniciativa privada, da mesma forma que a manutenção dos espaços internos de circulação é mantida pelo contrato condominial. É relevante pontuar que o direito à cidade ocorre pela manifestação dada à liberdade, à individualidade dentro do grupo que identifica na cidade o seu habitat e assim a reconhece como o espaço de moradia, trabalho e circulação. Sendo esse direito um bem adquirido pelo cidadão, que deve estar sobre a proteção do Estado.

Na perspectiva dada pela proposta dos condomínios, a cidade, embora esteja alargando sua periferia, está encolhendo diante de seus direitos, uma vez que, desde sua concepção, ela propõe a dinâmica entre a organização dos lugares que a compõe e que oferece ao cidadão a possibilidade de convivência em seus espaços livres, como praças, ruas dentre outros, o que representa sair do isolamento. Portanto, optar pelo isolamento, de certa maneira representa a negação ao direito à cidade.

Preferir tais espaços caracteriza, também, a possibilidade de construir unidades de vizinhança, cercar-se por um cinturão verde, sentar na calçada e sentir a sensação da pacata rotina interiorana, seria como uma “volta ao campo”. Essa possibilidade foi parte da idealização que Augusto de Godoy projetou para Goiânia, mas que ficou no plano utópico. Essa utopia pode ou não ser a realidade, para aqueles que transferem tais ideais ao novo jeito de viver na cidade, conforme os moldes dos CHFs.

Contudo, não há como negar os intentos oferecidos pelo imaginário, seja na sensação de proteção, estar entre o grupo dos “iguais”, ou mesmo a possível “volta ao campo”. O cidadão negando ou não o direito à cidade, está em busca da qualidade de vida que almeja, mesmo que haja sombras no enredo desse sonho.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, 3ª edição. Tradução de MAZZA, Silvia.

BOURDIEU, Pierre. et al. *Efeito de lugar*. In: BOURDIEU, et al. *A miséria do mundo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Tradução de BOTTMANN, Denise.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994a, 2ª edição.

_____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994b.

CASÉ, Paulo. *A cidade desvelada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano: seus mistérios e fascínios*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Tradução de CAETANO, Arlete.

CASTORIADIS, Cornelis. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1988. Tradução de DANESI, Antonio de Padua.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 3ª edição. Tradução de GODINHO, Hélder.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, 4ª edição.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 7ª edição. Tradução AZEVEDO, José Ricardo Brandão de.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2006, 4ª edição.

LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Tradução de MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O desencanto do oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 2ª edição.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 4ª edição. Tradução de SILVA, Neil R. da.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. 4ª edição. São Paulo: Mestre Jou. Tradução de MOTTA, Lycurgo Gomes da, 1968.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

ROCHA, Hélio. *Goiânia 75*. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª edição.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007, 14ª edição.

TELES, José Mendonça. *A Vida de Pedro Ludovico: fundação de Goiânia*. 2ª edição. Goiânia: Kelps, 2004.

www.ibge.gov.br/estadosat/ (acesso em 30/08/2011).

ARTIGOS DE LIVROS

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; SERRA, Rodrigo Valente. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96. ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARRAIS, Cristiano Alencar. As imagens da cidade e a memória do conflito. SANDES, Noé Freire (org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia*. Goiânia: Alternativa, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Pulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 10ª edição.

MOYSÉS, Aristides; BERNARDES, Genilda D'arc. Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia. In: MOYSÉS, Aristides (coord.). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. A cidade maldita. In: PESAVENTO, Sandra; SOUZA, Célia Ferraz de. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. História dos bairros de Goiânia. In: SILVA, Luiz S. D. (org.). *Relações cidade – campo: fronteiras*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. . In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Pulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 10ª edição.

TOLOSA, Hamilton C. Prefácio. ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

CAMARGO, Jean Carlos Gomes. *Medas na cidade e/ou da cidade: uma avaliação sobre medos urbanos e processos de segregação sócio-espacial na cidade de Brasília*. Revista eletrônica de estudos urbanos regionais. Nº 4, ano 2, março de 2011 - http://www.emetropolis.net/edicoes/n04_mar2011/e-metropolis_n04.pdf (acesso em 10/01/2012).

GÓES, Eda. “*Em busca do tempo perdido*”: contribuição ao estudo da cidade contemporânea. Revista Mosaico, Goiânia: PUC-GO, 2009, v.2, n.2, p.165-174, jul./dez.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de; PEIXOTO, Elane Ribeiro. *Estudos de bairros: entre a Arquitetura e a História*. Revista Mosaico, Goiânia: PUC-GO, 2009, v. 2, n. 1, p. 59-67, jan./jun.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. *História, memória e centralidade urbana*. Revista Mosaico, Goiânia: PUC/GO, 2008, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan/jun.

QUINTELA, Antón Corbacho e CASTRO, Luciana Andrade Cavalcante de. *Goyania = Goiânia, de poema a topônimo*. Revista UFG, 2007. http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agosto2007/textos/poemagoyania.htm (acesso em 10/09/2011).

Revista eletrônica: *História, imagem e narrativas*. Nº 10, abril/2010 - ISSN 1808-9895 - <http://www.historiaimagem.com.br> (acesso em 23/03/2011).

Revista Viver a Vida AlphaVille, 2004.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. *Revista Ciências Sociais*, Goiânia, UFG, v. 1, n. 1, p. 41-54, jan.-jun. 1998. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/1778/2139 (acesso em 12/02/2012).

VILLAÇA, Flávio. *A Segregação Urbana e a Justiça (ou A Justiça no Injusto Espaço Urbano)*. Texto publicado na Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 11, nº 44, julho/setembro 2003. Disponível em <http://www.flaviovilaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf> (acesso em 06/01/2012).

<http://omandabrasa.blogspot.com/2011/10/mensagem-ao-brasil.html> (acesso em 09/12/2011).

DISSERTAÇÕES

CAMPOS, Roberto Cintra. *Não-lugares: condomínios horizontais fechados em Goiânia (1990 – 2006)*. Dissertação de mestrado UFRGS/UCG.

MELLO, Márcia Metran de. *Moderno e Modernismo. A arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentista de Goiânia (1933 a 1950, 1950 a 1964)*. Dissertação de Mestrado FAU/USP. São Paulo, 1996.

SILVA, Rita de Cássia. *Contribuições históricas sobre a construção do espaço de Goiás e Goiânia uma reflexão ao trabalho de campo da região metropolitana de Goiânia (DGEO/FFP/UERJ)*. S.d. http://www.leme-tmc.org/metro/goi/his_go.php (acesso em 10/09/2011).

ARTIGOS DE JORNAL

DINIZ, Anamaria. *Não temos um planejamento para o bem-estar da população*. Matéria divulgada pelo Jornal O Popular – caderno Magazine – em 23 de outubro de 2011.

GOMES, Jean Carlos. *A cidade não cria violência*. Entrevista divulgada pelo Jornal O Popular – caderno Magazine – em 23 de outubro de 2011.

Jornal O POPULAR. *Novas “cidades” na Grande Goiânia*. Caderno Magazine, 05 de fevereiro de 2012.

SITES DE PUBLICIDADES E IMAGENS

www.aldeiadovalegyn.com.br (acesso em 23/06/2011).

<http://cerradoilha.blogspot.com/> (acesso em 05/09/2011).

www.fgr.com.br (acesso em 23/06/2011).

<http://www.fgr.com.br/site/fgr/quem-somos/filosofia-fgr/> (acesso em 15/07/2011).

<http://goiania.olx.com.br/portal-do-sol-green-iid-206326285> (acesso em 05/02/2012).

<http://www.jardinsparisatenas.com.br/fgr.asp> (acesso em 09/06/2010).

<http://www.moon25.com/poland/1252058-goi-nia-e-seus-contrastos-por-v-rios-fotografos.html> (acesso em: 18/11/2011).

<http://w.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235> (acesso em: 17/09/2011).

http://wapedia.mobi/pt/Planeamento_urbano (acesso em: 17/09/2011).

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiano> (acesso em 25/08/2011).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_de_Versalhes (acesso em: 14/09/2011).

<http://www2.ucg.br/arq2/urbano/5PlanoAttilio.htm> (acesso em: 14/09/2011).